

JOSÉ GUILHERME DE ALMEIDA

**A (IN) SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO ENTORNO DE
CAMPOS DO JORDÃO - SP**

**São Paulo
2006**

JOSÉ GUILHERME DE ALMEIDA

**A (IN) SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO ENTORNO DE CAMPOS DO
JORDÃO, SP;**

***ASPECTOS DA RELAÇÃO TURISMO-RESIDENTE NAS NOVAS
DESTINAÇÕES SERRANAS,
À LUZ DA FENOMENOLOGIA.***

Tese apresentada ao programa de Pós Graduação em Ciências, Área de Concentração Propaganda e Publicidade, Relações Públicas e Turismo - Linha de Pesquisa Turismo e Lazer, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciências da Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Carlos Beni.

**São Paulo
2006**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Propaganda e Publicidade, Relações Públicas e Turismo – Linha de Pesquisa: Turismo e Lazer, elaborada e defendida por José Guilherme de Almeida e aprovada pela Banca Examinadora abaixo indicada e assinada, na data de _____ de _____ de 2006.

Prof. Dr. Mario Carlos Beni
(Presidente)

Prof. Dr.(a): _____

Prof. Dr.(a): _____

Prof. Dr.(a): _____

Prof. Dr.(a): _____

Para Mary Garbelini,

A quem devo toda noção de admiração, amizade, alegria, afeto e cumplicidade, maiores atributos da humanidade, os quais jamais poderia pensar encontrar numa só pessoa. Que tudo entre nós continue exatamente assim. Agradeço a ti por existires em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A hierarquia acadêmica e a boa educação nos pedem para agradecermos em primeiro lugar nosso orientador, pessoa co-responsável por todo o trabalho apresentado. Contudo, não o faço assim por mero rigor formal ou convenção. Meu agradecimento inicial ao Professor Doutor Mario Carlos Beni vai além: pretende tornar públicos a admiração pessoal, o privilégio de ter sido seu aluno na graduação e orientando nesta etapa, a alegria de compartilhar textos e novos conhecimentos durante as reuniões de orientação, e principalmente agradecer sua gentileza, ao congratular-me quando obtive uma das melhores notas, durante a seleção para entrada no programa de pós-graduação. Tais sentidos de humildade e de atenção cativam e, ademais, ter sido orientado pelo mais ilustre estudioso do fenômeno turístico entre nós na atualidade é, certamente, deveras relevante. Porém, manter uma relação de cordialidade, simpatia e admiração, com alguém tão disputado, é algo singular e queria deixar aqui anunciado.

À banca de qualificação, composta no inverno passado pelos Professores Doutores Olga Tulik e Luiz Gonzaga Godoi Trigo, expresso a importância das considerações realizadas, contribuintes para o melhor dimensionamento da apresentação dos resultados da pesquisa.

Em relação ainda à formatação do trabalho, devo destacar as contribuições do professor Doutor Sérgio Costa, cuja obra relacionada ao método científico mostrou-se muito valiosa no momento de apresentação do projeto. Suas apreciações sobre a coerência e pertinência do tema e de seu tratamento foram por demais elucidativas e estimulantes.

Delacir Ramos Poloni e Marcelo Buriti, professores doutores e amigos particulares, com suas observações sempre pertinentes e apoio incondicionais, são figuras cada vez mais especiais em minha trajetória, e o agradecimento nesse momento é apenas parcial, porque teremos outros momentos juntos em nossas jornadas acadêmicas, por minha sorte.

O levantamento de dados e a pesquisa de campo foram facilitados pelo suporte afável e tenaz de Márcia Fonseca e demais alunos do Centro Federal de Educação de São Paulo, entre eles Amanda Pereira, Deborah Santos, Elizabeth Pereira e João Rodrigues. Nesse aspecto agradeço ainda a cooperação generosa (e hilária, porque nos divertimos muito) dos estagiários Dinis Zalota e Sandra Silva.

Nas localidades estudadas ressaltam-se as contribuições das autoridades e personalidades entrevistadas, sobretudo dos secretários de turismo e dos presidentes de Conselhos Municipais de Turismo dos três núcleos. Em especial destaco a atenção de Fabiano Lima, funcionário da Câmara Municipal de São José dos Campos, facilitador de muitos contatos na região.

Aos moradores entrevistados, figuras anônimas, mas de crucial valor nesta pesquisa, devo expressar sinceros agradecimentos por terem contribuído para a compreensão das relações turismo-residente, o foco das análises realizadas.

O financiamento obtido da Coordenadoria de Aperfeiçoamento da Pós Graduação (Capes), foi fundamental para a realização das tarefas de campo e para aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Agradeço à Comissão de Bolsas de Estudo do Programa pela concessão do benefício, e ao ministério da Educação do governo Lula da Silva por aumentar os

valores pagos aos bolsistas e o volume de cotas distribuídas, fatores de estímulo ao desenvolvimento científico da nação.

Ao longo dos mais de três anos da coleta de informações, busca bibliográfica e trabalho de gabinete, o suporte emocional, a paciência e o companheirismo de amigos e familiares mostraram-se essenciais, e nesse grupo destaco em especial: Selma Ferreira, Ivone Reche, Paulo Pires, Deise Silva, Valdeci Oliveira, Jacques Mouly, Cristina Bertoldo, Rosa de Almeida, Rosângela Oliveira, Roberta Antunes, Taís Salles e Wilson Pereira, componentes dessa espécie de “família ampliada”, a qual o destino prazerosamente me uniu. Sem esse “*petit comité*” penso que não haveria sentido todo o esforço despendido.

Um último personagem atuou sempre nos bastidores de minha trajetória e aparece aqui, ao final desses agradecimentos, para na verdade destacar-se: Guilherme de Almeida, um pai duro e implacável muitas vezes, contudo presente nos momentos mais delicados, quando um filho precisa de auxílio e compreensão. Bom é ser parte de sua prole, a qual ele nunca negou apoio e sempre tentou proporcionar o máximo de amenidades e conforto, elementos responsáveis em grande parte por essa ânsia do conhecimento em mim desenvolvida, a meu ver a maior herança que um pai poderia legar ao filho.

Encerro esta seção parodiando o mestre de todos nós, Milton Santos, como no prefácio de uma de suas últimas obras ao homenagear seu filho falecido, e à memória de minha mãe Aparecida Ferreira “dedico, sentidamente,” este trabalho.

Construímos a percepção com o percebido. E, como o próprio percebido só é evidentemente acessível através da percepção, não compreendemos finalmente nem um nem outro. Estamos presos ao mundo e não chegamos a nos destacar dele para passar à consciência do mundo.

(Maurice Merleau-Ponty)

RESUMO

A pesquisa analisou os fatores envolvidos na expansão recente do Turismo receptivo em três localidades situadas no entorno da cidade de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira - SP: Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e o distrito de São Francisco Xavier, pertencente ao município de São José dos Campos. Em virtude da expressividade do fenômeno turístico na área, justifica-se avaliar os efeitos da expansão das estruturas receptivas sobre a vida das populações. A abordagem privilegiou a questão do desenvolvimento sustentável como elemento definidor das ações dos organizadores do Turismo, e avaliou junto aos moradores as formas de participação no processo. O referencial teórico apoiou-se em autores da Geografia do Turismo e outras disciplinas da área de Ciências Sociais, as quais auxiliam no estudo do fenômeno turístico. Por meio de entrevistas com os organizadores e uma amostra dos residentes, utilizou-se a fenomenologia como método para captar as percepções e opiniões dos moradores quanto ao crescimento das atividades receptivas nas três localidades. Constatou-se que aos fatores de atratividade originais, o clima e a paisagem serranos, outros estão sendo adicionados à área, em razão da saturação de Campos, como a tranquilidade dos lugarejos, a paisagem rural e os recursos associados ao meio natural. Essas mudanças na oferta atendem novas demandas e geram formas inéditas de organização do espaço turístico na área, impondo desafios às populações envolvidas.

Palavras-chave: Serra da Mantiqueira, Turismo Sustentável, espaço turístico, paisagem, população local, fenomenologia.

ABSTRACT

This study analyses the causes of the recent tourism growth among three sites located around the city of Campos do Jordão, on Serra da Mantiqueira, a hill area on the northeast of the state of São Paulo. The places named Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e São Francisco Xavier (the latest is a district of the city of São Jose dos Campos), have their receptive structures been increased during last decade, as a consequence of the appeal of Campos do Jordão, which causes crescent demands over all that region. Due to the extention that Tourism activities are obtaining in the area, one can realize several effects over the residents living standards. As theoretical references the author used the concepts of sustainability, tourism planning, and categories such as tourist space and landscape, performing the first chapter. Study field avaliated the relations of residents which the phenomenon, using questionnaires as well as interviews with tourist authorities. The Phenomenology was the method used to analyze residents attitudes toward tourist policies and practices. Results showed that tourism activities are fastly increasing in those locations, causing new concerns and challenges to the residents.

Keywords: Sustainable tourism, tourist space, landscape, Serra da Mantiqueira, residents perceptions, phenomenology.

RÉSUMÉ

Cette recherche fait la discussion sur les causes de l'expansion touristique actuelle au tour de la ville de Campos do Jordão, dans l'état de São Paulo, et ses effets aux modes de vie des populations en trois destinations de la région: Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí et São Francisco Xavier- l'ultime fait partie du territoire de la ville de São José dos Campos. Il s'agit d'interpréter comment les populations locales sentent cette expansion des structures réceptives, les impacts sur l'environnement et les formes comme les autorités mettent en œuvre les politiques publiques pour le secteur. En utilisant les théories de la Géographie du Tourisme et des autres disciplines liées aux Sciences Sociales, l'auteur essaie d'expliquer, par l'histoire du développement touristique dans la région et avec l'utilisation de la phénoménologie comme méthode, les sentiments de la population au sujet du Tourisme. Des questionnaires et des interviews ont été utilisés en enregistrant les impressions des résidents sur le phénomène. On a constaté aussi que les demandes pour le tourisme ont beaucoup grandi et cherchent de nouvelles attractions de montagne. Ça fait que les petites villes s'adaptent, avec la création de nouvelles formes d'organisation de l'espace, qui impose de nouveaux défis à ces habitants, surtout pour implémenter la durabilité de leur environnement.

Mots clés: population d'accueil, tourisme durable, phénoménologie, espace et paysage touristique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Modelo de Mariot para fluxos turísticos duas entre localidades.....	13
Figura 2: Modelo de Campbell de viagem recreativa e excursionista	14
Figura 3: Hierarquia espacial de fluxos de turistas	15
Figura 4: Modelo de enclave turístico em uma economia periférica.	16
Figura 5: Modelo de Butler para a evolução hipotética de uma área turística.	19
Figura 6: Modelo de desenvolvimento turístico de Miossec.	20
Figura 7: O espaço turístico de Chadeaud (o mito do espaço)	21
Figura 8: Mapa dos espaços turísticos brasileiros.	30
Figura 9: Situação viária e comparativo dos equipamentos receptivos	45
Figura 10: Principais vias de acesso a Santo Antonio do Pinhal	46
Figura 11: Folder promocional da Secretaria de Turismo de Santo Antonio do Pinhal... .	50
Figura 12: Mapa das macrorregiões turísticas do estado de São Paulo	88

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Características de viagem de tipos psicográficos.	18
Tabela 2: Percepções dos organizadores turísticos locais	63
Tabela 3: Visão do Turismo pela diretoria da Associação do Turismo Sustentado de São Francisco Xavier	64
Gráfico 1: distribuição dos residentes segundo a localidade	68
Gráfico 2: distribuição dos residentes entrevistados segundo o gênero	69
Gráfico 3: Idade dos residentes	70
Gráfico 4: Naturalidade	71
Gráfico 5: Tempo de residência	72
Gráfico 6: Tipo de ocupação dos residentes	73
Gráfico 7: Pertencimento do morador a organizações locais	74
Gráfico 8: Participação da população em projetos para a cidade	75
Gráfico 9: Nível de escolaridade dos residentes	76
Gráfico 10: As formas de lazer dos residentes	77
Gráfico 11: pontos positivos das localidades notados pelos residentes	78
Gráfico 12: Visão sobre os problemas locais	79
Gráfico 13: Visitação aos atrativos locais	80
Gráfico 14: Visitação dos residentes aos atrativos locais	81
Gráfico 15: Impressão do residente quanto ao Turismo	82
Gráfico 16: como o morador percebe o turista	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental.
ATUS - Associação do Turismo Sustentável
Capes – Coordenadoria de Desenvolvimento de pós-graduação
CE – Ceará
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
DADE - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
DER - Departamento de Estradas de Rodagem (DER)
DERSA - Empresa de Desenvolvimento Viário do Estado
ECA – Escola de Comunicação e Artes
EMBRAER – Empresa Brasileira de
FM – Frequência Modulada
FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
KM – quilômetro
MG – Minas Gerais
MINTUR - Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PE – Pernambuco
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
RJ – Rio de Janeiro
RS – Rio Grande do Sul
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SETUR – Secretaria de Turismo
SP - São Paulo
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xii
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
INTRODUÇÃO	1
1. O REFERENCIAL TEÓRICO: CATEGORIAS, CONCEITOS E PRINCÍPIOS UTILIZADOS NA CARACTERIZAÇÃO DA TESE.....	10
1.1 – A NATUREZA DO ESPAÇO TURÍSTICO.....	10
1.2 – A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL E DO MEIO RURAL PELO TURISMO	23
1.3 – O TURISMO SERRANO NO BRASIL.....	26
1.4 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A QUESTÃO DA BASE LOCAL.	31
2. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.	39
2.1 – O ELEMENTO CATALISADOR: A “SUÍÇA BRASILEIRA” OU CAMPOS DO JORDÃO	39
2.2 – SANTO ANTONIO DO PINHAL: A PROXIMIDADE E A ACESSIBILIDADE EM RELAÇÃO A CAMPOS DO JORDÃO DEFINEM A EXPANSÃO TURÍSTICA	45
2.3 - A PEDRA DO BAÚ E SÃO BENTO DO SAPUCAÍ.....	50
2.4 – O DISTRITO DE SÃO FRANCISCO XAVIER.....	54
3. O TRABALHO DE CAMPO E SEUS RESULTADOS.....	59
3.1 – A FENOMENOLOGIA NAS ANÁLISES.	59
3.2 - AS ENTREVISTAS COM OS ORGANIZADORES DO TURISMO	63
3.3 - A PERCEPÇÃO DO AMBIENTE PELOS RESIDENTES.	67
4. O CARÁTER DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM CURSO NAS LOCALIDADES.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUIA DE CONCLUSÃO.	93
BIBLIOGRAFIA	98
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

O estudo sistemático do Turismo como fenômeno social vem sendo realizado principalmente a partir da década de 1950, com ênfase em abordagens relativas aos seus aspectos econômicos, às questões dos impactos ambientais decorrentes de sua expansão, e outras relativas ao planejamento das estruturas receptivas criadas nas destinações.

Esses enfoques reduzem o Turismo e seus efeitos (sociais, culturais e espaciais) a aspectos quase sempre quantitativos, sem destacar os homens reais, os envolvidos nas relações visitantes/visitados. Ou ainda, há muitos estudos sobre as demandas (os viajantes), para saber suas preferências e necessidades e com isso ajustar as ofertas. No entanto, existem menos pesquisas acerca dos sentimentos e das visões das comunidades receptoras sobre o Turismo e os turistas.

A partir dessas constatações desenvolvemos nossa dissertação de mestrado, a qual estudou as repercussões do desenvolvimento turístico sobre as condições de vida de moradores de baixa renda na mais importante destinação de turismo serrano do Brasil, a cidade de Campos do Jordão, situada a 1 600 metros de altitude na Serra da Mantiqueira, no estado de São Paulo. Naquele trabalho, verificamos com pesquisa de campo, análise documental e aplicação de questionários, as relações entre os moradores de bairros pobres e o universo do Turismo de classes altas que se desenvolveu nas últimas décadas naquela localidade.

O estudo que ora apresentamos como tese de doutoramento é um desdobramento do anterior, pois o convívio com a realidade daquela área serrana por tantos anos, nos permitiu acompanhar de perto a expansão do Turismo em Campos e no seu entorno, levando-nos a fazer considerações acerca dos efeitos sociais desse crescimento.

Dessa forma, o tema escolhido neste estudo diz respeito a uma pesquisa para compreender a natureza do desenvolvimento turístico ocorrido na última década no setor sul da Serra da Mantiqueira paulista, onde pequenas localidades, até então caracterizadas por paisagens predominantemente naturais e atividades econômicas rurais, assistem a um crescimento acelerado das atividades receptivas. Estas últimas desenvolvem-se, conforme detectou a pesquisa, em grande parte como consequência da atração que Campos do Jordão exerce sobre toda a região, resultando numa gradual adaptação das localidades do seu entorno, para acomodar turistas em busca de mais tranquilidade, em paisagens menos alteradas e mais bucólicas, situadas além dos limites daquela cidade.

Os três núcleos pesquisados são: Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e São Francisco Xavier (este último constitui-se num distrito afastado da cidade de São José dos Campos). Todos apresentam características comuns quanto à organização do espaço, com predomínio de áreas protegidas, paisagens rurais, e pequenos centros urbanos em seus territórios. Trata-se, portanto, de analisar os efeitos provocados por essa expansão turística, marcante na alteração dos padrões de vida dos moradores, mostrando-se os vínculos entre essas mudanças e as formas de atividades receptivas desenvolvidas no último decênio nesses ambientes serranos do entorno de Campos do Jordão, destinação que há

muito vem se destacando como referência na modalidade de turismo serrano no país.

O Turismo “de montanha” no Brasil surgiu nas primeiras décadas do século passado, como desejo das elites em fugir momentaneamente dos efeitos da tropicalidade, procurando ambientes de temperaturas mais amenas, próximos dos grandes centros emissores e possuidores de paisagens rurais e naturais pouco alteradas.

Na parte oriental do país os dobramentos antigos formaram serras e escarpas, paralelas ao litoral e muito próximas a este, exatamente nas áreas de maior concentração de grandes cidades. Sendo assim, as partes do relevo com altitudes que chegam a mais de 2 000 metros (Maciço de Itatiaia, Serra de Caparaó) ficaram por muito tempo isoladas do processo de ocupação dominante, ocorrido historicamente nas baixadas litorâneas e vales fluviais. As serras serviram por séculos apenas como zonas de passagem, entre a costa e as terras mais interiores.

O isolamento propiciou a preservação de boa parte da cobertura vegetal original, a Mata Atlântica, com manchas de Araucárias e campos de altitudes nas partes mais elevadas. Essa vegetação relativamente intacta, associada ao clima de altitude com temperaturas mais amenas, formaram as condições iniciais de atração sobre as elites dos centros urbanos próximos, que dispunham de recursos tanto para deslocarem-se como para permanecerem nessas paragens.

Ao longo do século XX foram construídas importantes localidades turísticas nas serras brasileiras, entre as quais podemos destacar a Serra Gaúcha no Sul, com a cidade de Gramado em destaque, a região da Mantiqueira no Sudeste, com

várias cidades famosas, entre elas Campos do Jordão em São Paulo, Petrópolis e Teresópolis no Rio de Janeiro, e a Escarpa da Borborema no Nordeste, na qual Garanhuns em Pernambuco constitui o núcleo principal.

O Turismo serrano desenvolveu-se no Brasil, inicialmente, como forma encontrada por parcelas da população para evitar condições impostas por um clima predominantemente tropical, determinado pela posição do território brasileiro maciçamente na zona intertropical do globo. Contudo, algumas localidades, como Campos do Jordão, tiveram ainda o benefício “do ar puro e mais seco”, condições favoráveis para o estabelecimento de centros de tratamento de doenças respiratórias, no período que se estendeu do fim do século XIX até a disseminação do uso dos antibióticos, notadamente a penicilina, na década de 1940. Desde então, outras formas de atrativos e a melhoria nas condições de acessibilidade passaram a despertar a atenção das classes médias e altas para essas regiões serranas.

A construção de estradas de rodagem, conectando as serras com os grandes centros emissores, permitiu a expansão das residências secundárias naquelas áreas, levando à valorização do espaço e com isso a criação de infra-estruturas e serviços especializados a um público consumidor exigente. Como ocorre em toda parte, a demanda de elite acaba por atrair as demais classes, por efeito de imitação, e com o passar do tempo os destinos se popularizam. Essa fase aconteceu a partir da década de 1980, coincidindo com a introdução das noções de preservação ambiental e busca por áreas verdes no imaginário social, surgindo demandas para Turismo de natureza, Turismo rural e de aventura, propícios de serem estimulados naquelas paisagens pouco alteradas.

Nesse contexto, assistimos nas duas últimas décadas o crescimento de novas localidades serranas, como São Joaquim e Lages em Santa Catarina, Visconde de Mauá e Penedo no Rio de Janeiro, Venda Nova do Imigrante no Espírito Santo, e as pequenas cidades do entorno de Campos do Jordão em São Paulo. Nessas destinações, nota-se uma maior preocupação com o controle do crescimento, a busca do equilíbrio entre ocupação e preservação ambiental, enfim, todos os elementos do novo paradigma da sustentabilidade surgido a partir da constatação dos malefícios do desenvolvimento descontrolado em outras regiões pioneiras do país.

A pesquisa demonstrou a influência das noções de desenvolvimento sustentável na organização do espaço dessas destinações recém-incluídas nos roteiros turísticos. Atraindo parcelas da população mais conscientes dos limites necessários à exploração do Turismo, tanto os turistas quanto os organizadores e as comunidades locais, exigem medidas de controle sobre as novas atividades receptivas instaladas.

Esse desejo de impor limites, revelado na pesquisa de campo, constitui objeto de análise neste trabalho, porque seu conhecimento permite fazer inferências a respeito das formas de convívio entre as diferentes demandas que coabitam naquelas localidades. Para tanto, analisamos o discurso oficial, das autoridades e demais poderes constituídos nas localidades, bem como tentamos captar os anseios dos seus habitantes.

Por outro lado, ao analisarmos o relacionamento entre os interessados no desenvolvimento turístico dessas localidades serranas, destacamos o pensamento dos moradores. Utilizando pressupostos da fenomenologia, buscamos

compreender os sentidos da expansão turística para aquelas comunidades. A intenção é suscitar, com a percepção dos residentes, as várias visões dentro dessas comunidades em relação ao fenômeno turístico em expansão nesses núcleos, nos quais a realidade vem sendo gradualmente alterada. Em grande parte, os efeitos do Turismo são percebidos e vivenciados de formas distintas pelos residentes e se torna dicotômico quando comparamos com as falas dos organizadores que são os empresários e autoridades locais.

Para a compreensão da essência das transformações provocadas por novas modalidades de uso do espaço decorrentes do Turismo, como elas são percebidas pelos moradores das três localidades, e confrontá-las com a fala das autoridades instituídas, nos permite avaliar o quão sustentáveis são as políticas de desenvolvimento turístico nessas comunidades. Nisto resume-se o escopo deste trabalho.

Na sistematização deste trabalho concebemos formas estruturadas de apresentação que direcionam para o postulado da tese, destacando a relevância do estudo.

Conhecer as visões dos residentes acerca da expansão turística que vem acontecendo na última década em três localidades do entorno de Campos do Jordão, a fim de avaliar o grau de sustentabilidade das políticas criadas para disciplinar esse crescimento. Utilizando a fenomenologia e a pesquisa qualiquantitativa, revela-se a essência dos discursos e das práticas dos envolvidos na organização do Turismo nas localidades e, também, as impressões dos demais residentes.

Nas especificidades objetivamos:

- a) Mostrar como a constituição de uma rede de novas localidades turísticas, em esboço no entorno da cidade de Campos do Jordão, decorre em muitos aspectos do próprio crescimento do Turismo nessa localidade. Os problemas acumulados em Campos, causados por uma expansão turística historicamente descontrolada, vêm provocando o deslocamento de parte dos fluxos de turistas para as pequenas localidades em volta desse núcleo principal.
- b) Utilizar a fenomenologia, que busca a essência dos fenômenos pesquisados, por meio do conhecimento empírico da realidade como vista e vivida pelos diversos sujeitos sociais, constitui uma nova contribuição para o entendimento de mudanças sociais provocadas pela expansão do Turismo.
- c) Conhecer a natureza do espaço turístico em desenvolvimento, numa importante área serrana do estado de São Paulo, e as novas formas de valorização da paisagem, possibilita o entendimento das causas e dos efeitos dessa organização em andamento sobre a vida das populações. A análise das políticas em implantação, ao revelar o jogo de forças entre os sujeitos sociais envolvidos, direciona a intervenção mais racionalizada sobre o processo.

A problemática desta pesquisa encontra-se no questionamento da validade dos pressupostos do turismo sustentável envolvidos na organização dos equipamentos receptivos nestas localidades. Quanto das práticas de estabelecimento dessas estruturas de apoio ao turista e ao Turismo estão

imbuídas dos paradigmas da sustentabilidade ambiental, e como os moradores percebem ou não, participam ou não, do processo de criação desse novo ambiente.

O tema se justifica em virtude da expressividade do paradigma do Turismo sustentável na organização turística, percebida nesta pesquisa pelas entrevistas realizadas com os organizadores do turismo nas localidades estudadas. Em todas elas notou-se, no discurso dos promotores, uma procura por alternativas ao tipo de turismo desenvolvido em Campos do Jordão e visto pela maioria como exemplo daquilo que se deve evitar.

Justifica-se ainda a abordagem fenomenológica por ser esta uma maneira de retratar os anseios das pessoas envolvidas, e conhecer suas expectativas face ao crescimento da atividade turística nos territórios onde vivem e atuam. Essa pesquisa qualitativa contextualiza o fenômeno estudado, ao focar a análise nos sujeitos do processo, revelando a essência daquilo que está sendo investigado.

Na aplicação do questionário com os moradores foi utilizada a análise quantitativa, dado o volume de pessoas envolvidas na amostra (mais de três centenas). Daí o delineamento qualiquantitativo necessário nessa etapa do estudo.

A divisão dos conteúdos apresentados nesta tese impôs a formação de um primeiro capítulo em que são historicizadas as formas de análise do espaço turístico, para a posterior compreensão da evolução do Turismo em Campos de Jordão e no seu entorno. Recorreu-se nessa seção aos dados históricos e atuais sobre a área, bem como à descrição dos aspectos físicos caracterizadores das ofertas turísticas, atraindo diversos segmentos da demanda ao longo do tempo.

Turismo de cura, de inverno, de natureza, de aventura, são os segmentos que vêm se desenvolvendo ao longo do tempo na área, numa seqüência reveladora de transformações decorrentes do processo de valorização das paisagens, próprio da dinâmica evolutiva do fenômeno turístico. Categorias analíticas como espaço, paisagem e território e suas derivações (espaço turístico, paisagem turística e localidade turística) e os conceitos de turismo segmentado e de sustentabilidade, são discutidos para fundamentar as teorias-suporte deste trabalho.

O segundo capítulo apresenta a pesquisa de campo, os levantamentos realizados nas entrevistas com os organizadores locais e na aplicação dos questionários com os residentes. Tabelas e gráficos foram criados para evidenciar as respostas dadas pelos dois grupos de sujeitos sociais, posteriormente descritos e analisados para se realizar as inferências relacionadas ao tema e à abordagem. Os resultados compõem o postulado da tese.

A amarração das questões teórico-metodológicas e epistemológicas suscitadas pela interpretação dos dados coletados e avaliados, está presente no terceiro capítulo.

Retomam-se as teorias e modelos destacados, principalmente os paradigmas norteadores do estudo do Turismo, para confrontá-los com a realidade apresentada pela coleta dos dados entre as populações dos três núcleos pesquisados, testando-se com isso a validade das hipóteses de trabalho e a pertinência dos objetivos buscados.

As considerações finais elucidam a estrutura do trabalho e os pontos relevantes da análise, para sintetizar as categorias mais evidentes e justificar algumas conclusões.

1. O REFERENCIAL TEÓRICO: CATEGORIAS, CONCEITOS E PRINCÍPIOS UTILIZADOS NA CARACTERIZAÇÃO DA TESE.

“Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor.”
(Milton Santos).

1.1 – A NATUREZA DO ESPAÇO TURÍSTICO.

As teorias propostas por diversos geógrafos ao longo do século passado, para explicar a expansão do espaço turístico, foram retomadas em duas importantes obras: *Geografia Del Turismo*, de José R. Dias Álvarez, e *Tourism Today - A Geographical Analysis*, de Douglas Pearce.

Ambos os autores, a fim de reconstruir a história das teorias que discutem os padrões espaciais de desenvolvimento do turismo, destacam alguns estudiosos, e seus respectivos modelos, mais significativos. Tais esquemas foram criados principalmente no período entre as décadas de 1960 e 1980, e pretendiam compreender e sistematizar os padrões de evolução das localidades turísticas, bem como analisar o processo de formação de redes de destinações, criador das zonas turísticas.

A importância desses modelos teóricos reside na possibilidade de compreensão dos esquemas de expansão dos equipamentos receptivos em função da dinâmica social que envolve centros emissores e núcleos receptores, ou seja, a lógica socioeconômica que determina a expansão do turismo em sua dimensão espacial.

Conforme explica Getz (apud Pearce, 2003:29)

“Os modelos desempenham um papel de crucial importância à medida que nos capacitam a descrever e a abranger as complexidades do mundo real, a adquirir, ordenar e interpretar informações e a explicar, compreender e finalmente prever fenômenos e as relações entre eles”.

Com base nas duas obras anteriormente citadas elaborou-se um painel, destacando as características de cada abordagem, a fim de oferecer um panorama das formas de interpretação da espacialidade do turismo por diferentes autores.

No trabalho de Pearce (2003), avaliam-se os modelos de turismo a seguir:

1.1.1- Modelos que privilegiam o elemento deslocamento turístico:

Mariot (apud Pearce 2003:30) introduz a noção de “rotas” recreativas que ligam os lugares de residência permanente e os centros turísticos, incorporando de Campbell (1967) a idéia de “excursão”, no sentido de visita a diferentes lugares durante o percurso, como elemento principal da viagem turística.

Greer e Wall (apud Pearce, 2003:32-33) e Miossec (apud Pearce, 2003:32) ocupam-se das mudanças do volume de viagens turísticas a partir da distância dos centros geradores, formando zonas concêntricas em função do tempo disponível de lazer da demanda e dos custos com o deslocamento, mas sujeitas a “deformações” que podem expandir ou comprimir esses cinturões.

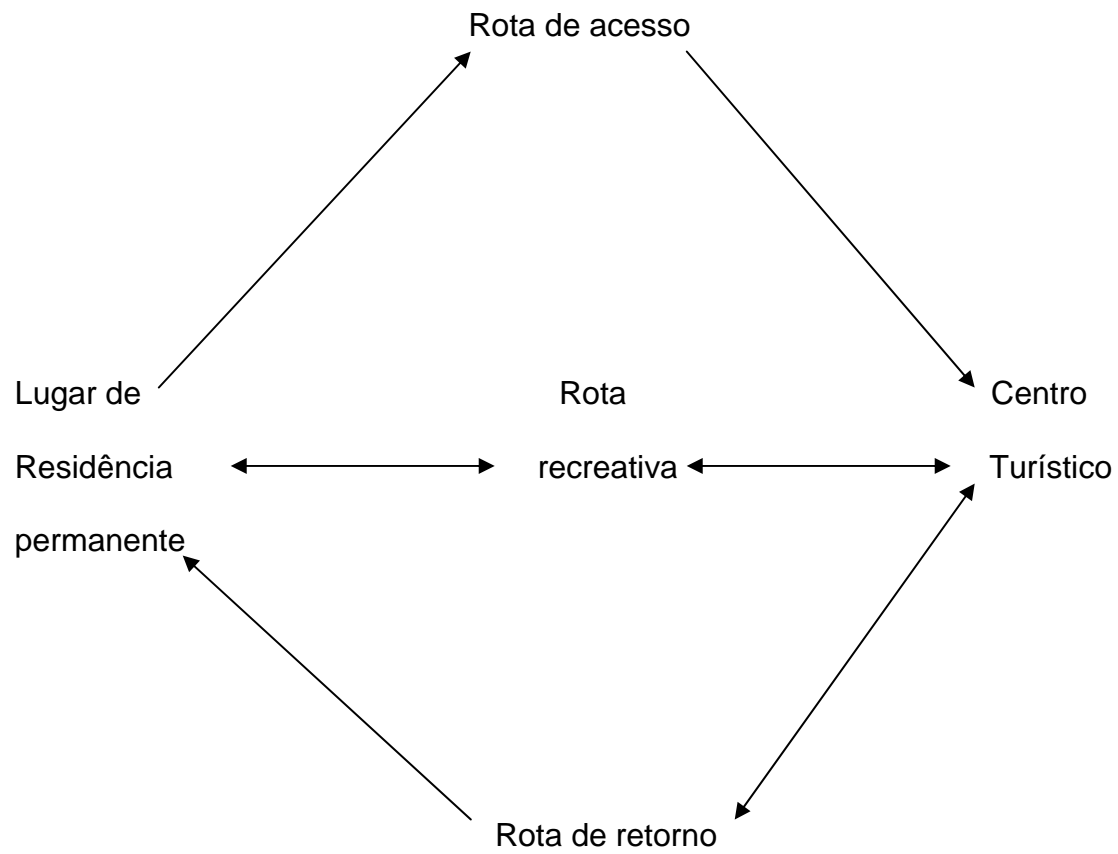


Figura 1: Modelo de Mariot para fluxos turísticos duas entre localidades.
Fonte: Pearce, 2003: 30

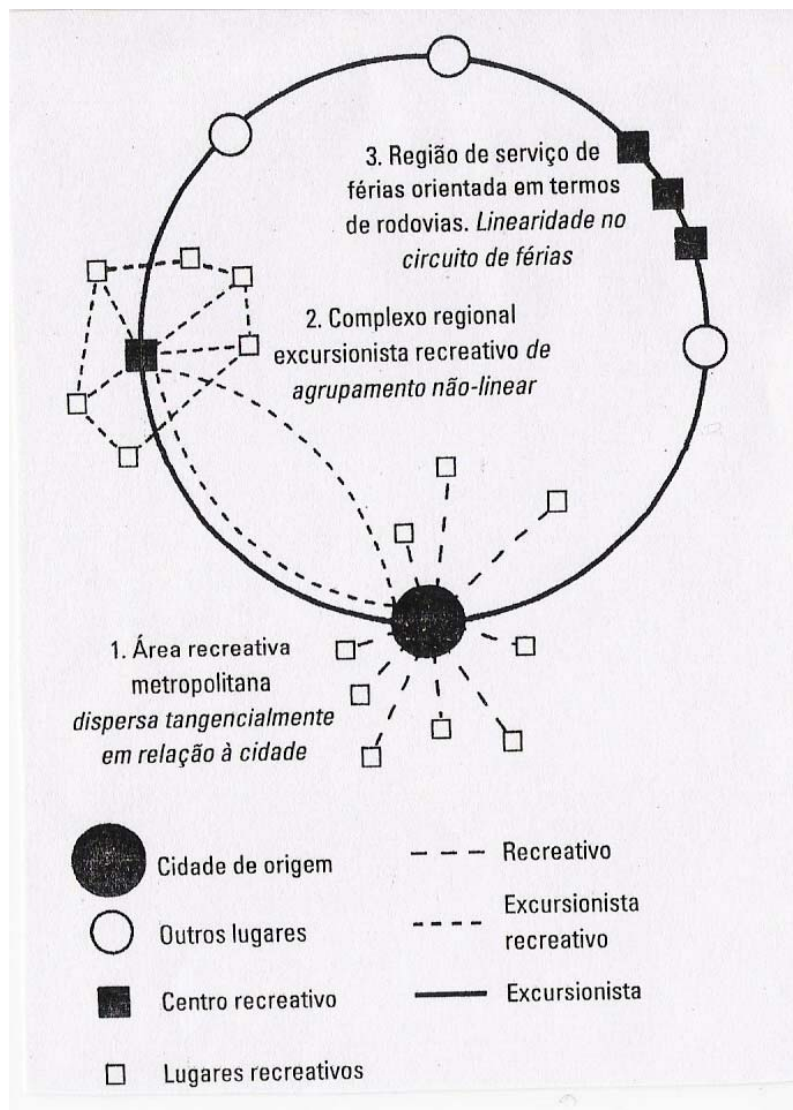


Figura 2: Modelo de Campbell de viagem recreativa e excursionista
(Fonte: Pearce 2003: 31)

1.1.2 - Modelos que destacam a relação origem-destino:

Thurot (apud Pearce 2003:35) e Ludgren (apud Pearce, 2003:37) ressaltam o fato das áreas urbanas possuírem funções ao mesmo tempo geradoras e receptoras de fluxos turísticos, formando zonas “de férias” concêntricas em torno delas, atendendo aos desejos dos residentes, e ao mesmo tempo funcionando como portões de entrada ou pontos de parada para turistas internacionais e domésticos.

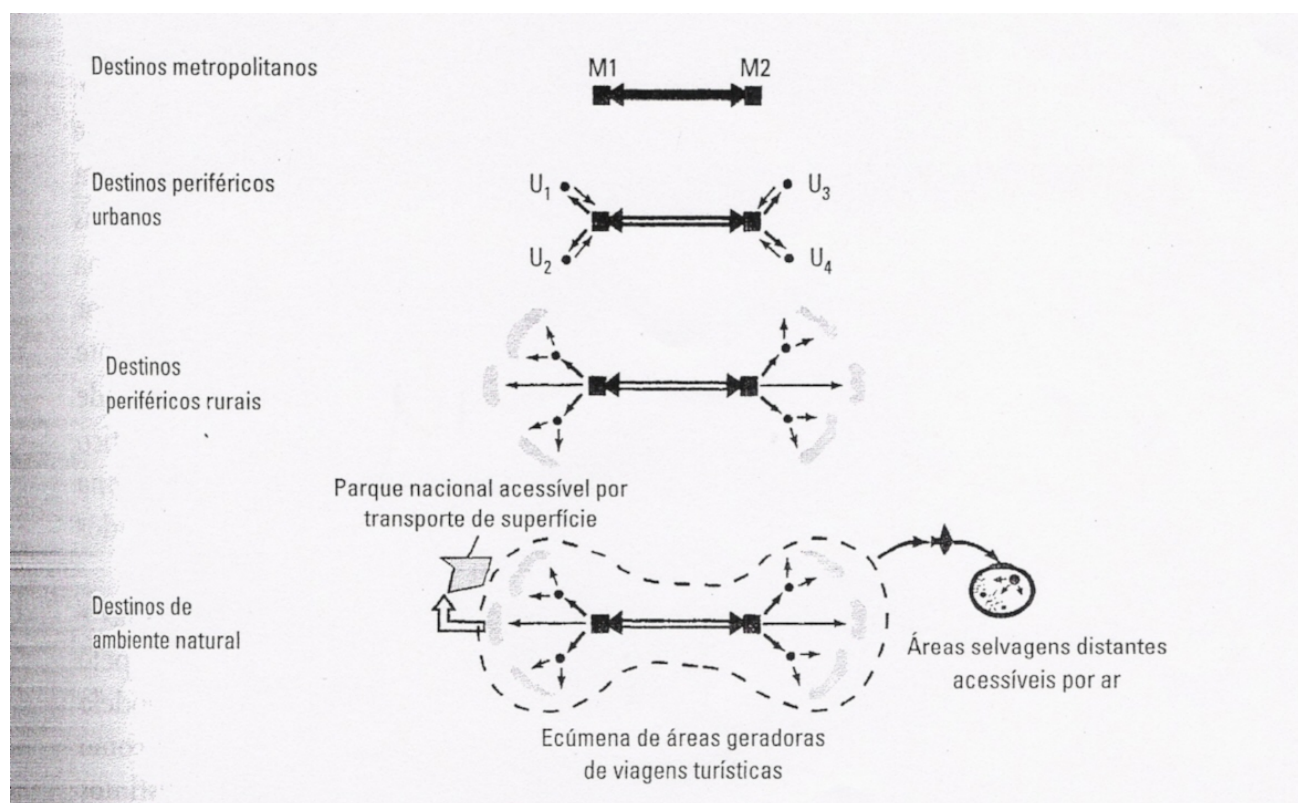


Figura 3: Hierarquia espacial de fluxos de turistas
(Fonte: Pearce, 2003: 37)

1.1.3 - Modelos com ênfase nas relações estruturais entre origens e destinos:

Britton (1980) e Cazes (1980), citados por Pearce (1988:40-42) analisam as destinações surgidas nos países em desenvolvimento, por conta do “sistema comercial multinacional”, ressaltando a importância das organizações sediadas nas áreas mais desenvolvidas enquanto articuladoras da expansão turística nas áreas periféricas. Os enclaves do tipo “resorts” seriam paradigmáticos desse relacionamento. Esta abordagem assenta-se na noção centro-periferia, com as áreas centrais determinando a estrutura organizacional das áreas menos desenvolvidas.

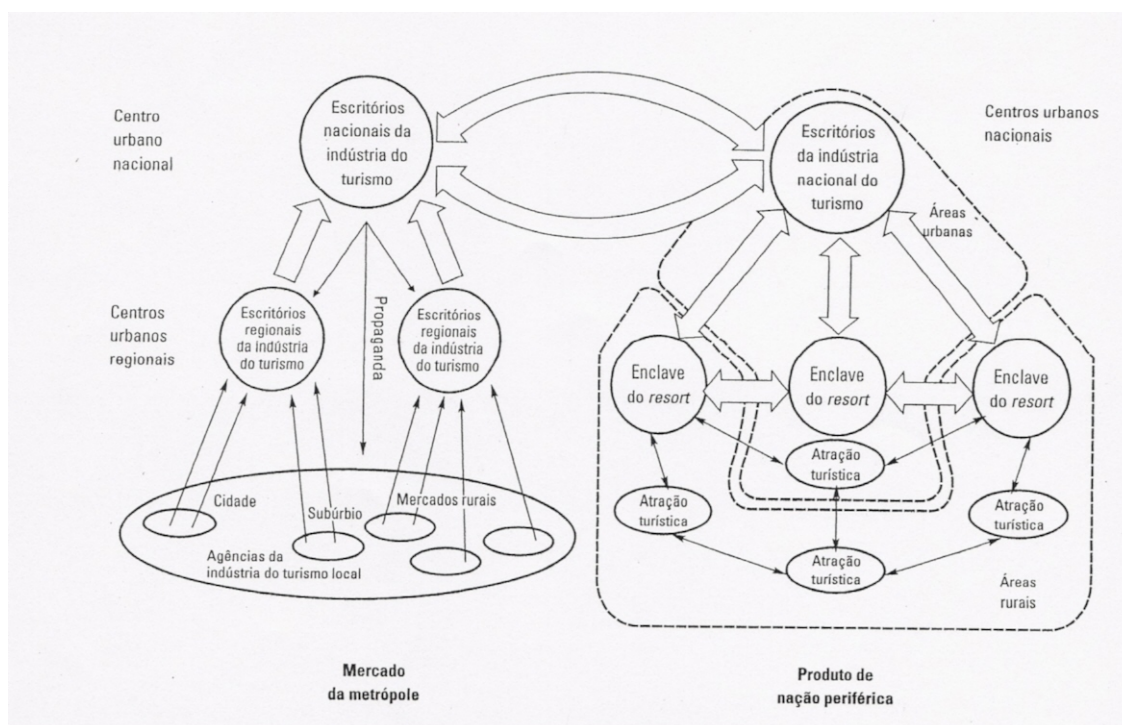


Figura 4: Modelo de enclave turístico em uma economia periférica.
(Fonte: Pearce, 2003: 42)

Os dois autores resumem as colocações acerca da economia de dependência, no esquema anteriormente representado. “Esses autores costumam concordar que o padrão básico mostrado origina-se amplamente do controle exercido por empresas multinacionais com base em regiões metropolitanas sobre a indústria internacional do turismo” (Pearce, 2003: 41).

1.1.4 - Modelos que evidenciam as mudanças evolutivas:

A evolução do Turismo cria permanentemente novas estruturas, com a incorporação de novos territórios ou a reformulação de destinações já existentes. Turner e Ash (apud Pearce, 2003:43) associam aos modelos de cinturões concêntricos, de autores como Miossec, a idéia de “periferias do lazer”, criadas e recriadas em torno de centros emissores desenvolvidos. Essa noção foi incorporada no conhecido esquema de Plog (apud Pearce, 2003:45), o qual identifica no comportamento alocêntrico ou psicocêntrico dos turistas a causa da expansão contínua do turismo por novas áreas e também a transformação gradual das próprias destinações, segundo o esquema reproduzido a seguir.

Psicocêntricos	Alocêntricos
<ul style="list-style-type: none"> • Em destinos de viagem, preferem o que é familiar • Gostam de atividades lugar-comum nos destinos • Preferem lugares com sol e diversão, incluindo um bom relaxamento • Baixo nível de atividade • Preferem destinos a que possam ir de carro • Preferem acomodações turísticas formais, como um hotel com uma estrutura bem desenvolvida, restaurantes para famílias e lojas turísticas • Preferem uma atmosfera familiar (barracas de hambúrguer, entretenimento tipo familiar, ausência de atmosfera estrangeira) • Pacote de viagem completo, provido de atividades bastante programadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Preferem áreas não turísticas • Apreciam o senso de descoberta e se deleitam com novas experiências, antes que outros tenham visitado a área • Preferem destinos novos e diferentes • Alto nível de atividade • Preferem ir de avião aos destinos • As acomodações devem incluir hotéis e refeições de adequados a bons, não necessariamente em hotéis modernos ou de cadeia; poucas atrações do tipo “turísticas” • Gostam de conhecer pessoas de alguma cultura diferente ou estrangeira e se relacionar com elas • Os preparativos de viagem devem incluir o básico (transporte e hotéis) e permitir liberdade e flexibilidade consideráveis

Tabela 1: Características de viagem de tipos psicográficos.
(Fonte: Pearce, 2003: 45)

A partir dessas noções, Butler (apud Pearce, 2003:47) criou o conceito de ciclo de vida das destinações, muito difundido, para explicar a evolução espaço-temporal dos destinos.

Choy (1992), em sua análise dos padrões de crescimento em destinos do Pacífico Sul, encontra pouca evidência na curva em “S”.



Figura 5: Modelo de Butler para a evolução hipotética de uma área turística.
(Fonte: Pearce, 2003: 48)

Nessa mesma linha analítica, Miossec (1977) e Oppermann (1992, 1993), citados por Pearce (2003:51-52) desenvolvem novos modelos evolucionários, nos quais destacam a influência de estruturas já existentes (pré-turísticas ou turísticas) como chamariz para novos fluxos, sugerindo ser o próprio turismo, e não as atrações originais, o motivo de atração.

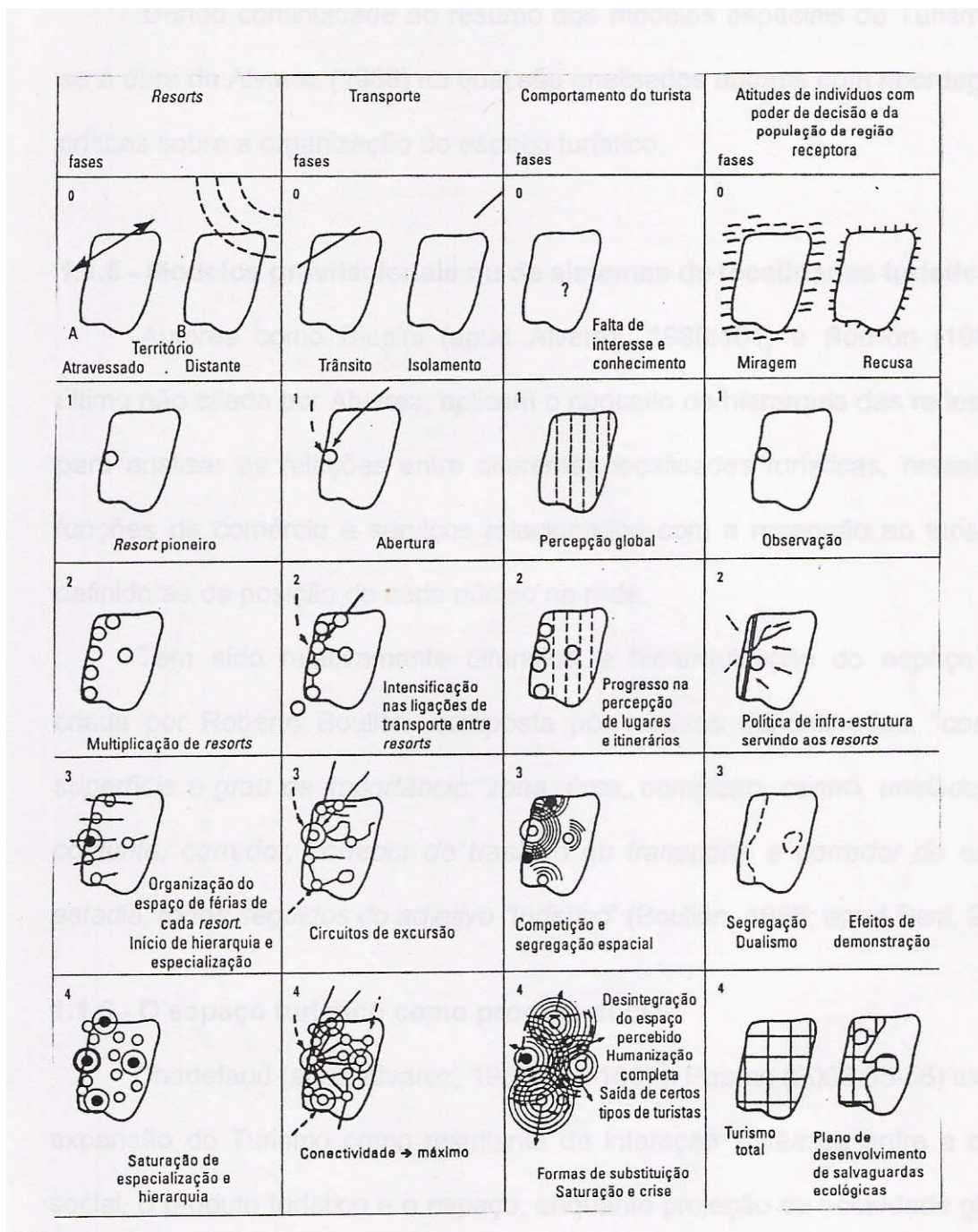


Figura 6: Modelo de desenvolvimento turístico de Miossec.
(Fonte: Pierce, 2003: 51)

Dando continuidade ao resumo dos modelos espaciais de Turismo, utiliza-se a obra de Alvarez (1988) na qual são analisados autores com abordagens mais críticas sobre a organização do espaço turístico.

1.1.5 - Modelos gravitacionais ou de sistemas de localidades turísticas:

Autores como Biagini (apud Alvarez, 1988:161) e Boullón (1986), este último não citado por Alvarez, aplicam o conceito de hierarquia das redes urbanas para analisar as relações entre diferentes localidades turísticas, ressaltando as funções de comércio e serviços relacionados com a recepção ao turista, como definidoras da posição de cada núcleo na rede.

Tem sido relativamente difundida a hierarquização do espaço turístico criada por Roberto Boullón, composta por núcleos denominados, *“conforme a superfície e grau de importância: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado ou transporte e corredor de estada ou estadia, todos seguidos do adjetivo “turístico”* (Boullón, 1986; apud Beni, 2001:57).

1.1.6 - O espaço turístico como produto social:

Chadefaud (apud Alvarez, 1988:181-189) e Pearce (2003:55-56) explicam a expansão do Turismo como resultante da interação sistêmica entre a demanda social, o produto turístico e o espaço, enquanto projeção da sociedade global. *“El medio físico no es sino uno más de los factores de la transformación turística del espacio”*, expressa Alvarez (1988:183).

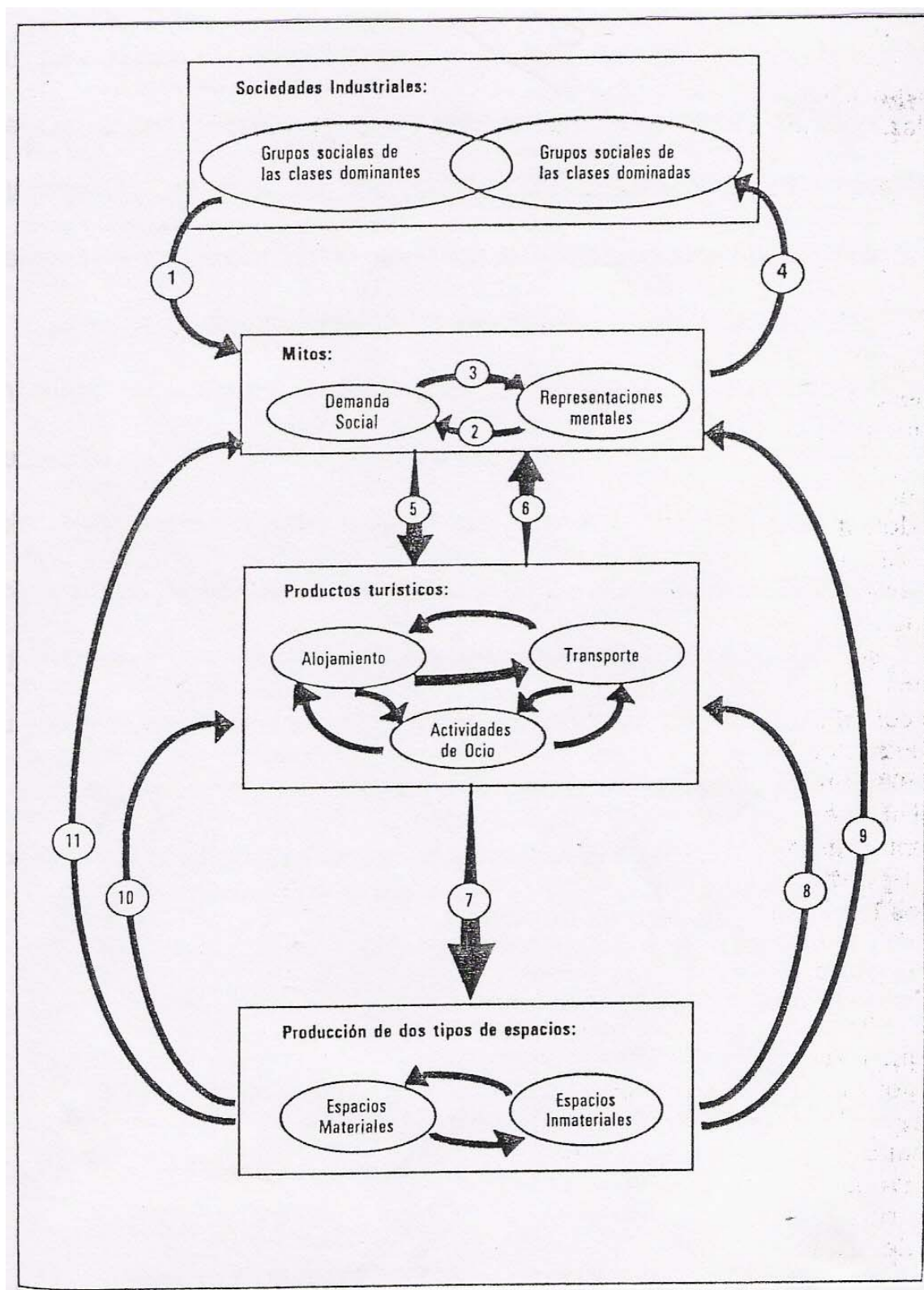


Figura 7: O espaço turístico de Chadeffaud (o mito do espaço)
(Fonte: Alvarez, 1988: 185)

Isso explicaria, a título de exemplo, a tendência à valorização de paisagens naturais e rurais como meios para recreação, identificadas no imaginário social atual com a paixão pela natureza e pelo rústico, decorrentes da urbanização e da padronização dos produtos nas sociedades industriais, transformando aqueles dois meios em espaços funcionais, incorporados à economia do Turismo.

Essa abordagem introduz os elementos qualificados por Santos (1997), transcritos na epígrafe desta seção, relacionando a produção do espaço à valorização de objetos nele contidos (as formas-conteúdo), plenos de significado social. Nesse sentido, vale lembrar que o próprio Turismo, enquanto fenômeno social recente na História deve ser tomado como uma nova forma de percepção da paisagem e, por conseguinte, de concepção do espaço geográfico. O Turismo deu novos significados às formas-conteúdo que compõem o espaço turístico.

Neste trabalho, será utilizado o modelo acima descrito, pois entende-se que a experiência dos espaços turísticos considerados

“Resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não podemos esquecer, são a matéria-prima do Turismo. Este elemento ou componente do patrimônio turístico, mais o mapeamento, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país” (Beni, 2001: 57).

1.2 – A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL E DO MEIO RURAL PELO TURISMO

Diferentes autores abordam os novos usos destinados aos ambientes naturais e rurais como decorrência da expansão da atividade turística nas últimas décadas. A partir dos anos 1980, com a estruturação das viagens à natureza e suas modalidades de “ecoturismo” e turismo de aventura, de um lado, e do “retorno às origens” propiciado pelo turismo rural e agroturismo, de outro, novos territórios passam a ser valorizados em função da expansão do Turismo.

Moraes e Costa (1993) apontam que o valor é uma categoria social, pois não há valor sem trabalho. Consideram os autores, portanto “*a relação sociedade- espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano*” (Moraes e Costa, 1993:123). Disso decorre o fato das áreas naturais ou rurais em processo de incorporação pelo Turismo estarem sendo objeto de (re)valorização no presente, em virtude de se agregar a elas formas específicas de uso que exigem novas estruturas receptivas, muitas vezes sofisticadas.

A utilização de veículos e equipamentos especiais em certas modalidades de viagens para espaços naturais, ou a restauração e conservação de patrimônios culturais, associados ao modo de vida rural e procurados pelos turistas, impõem custos elevados aos organizadores turísticos. Ao mesmo tempo, a própria propagação dessas formas de viagem acaba implicando na sobrevalorização dos espaços a elas associados.

O Turismo, conforme aponta Cruz (2002:109) é a “*única prática social que consome, fundamentalmente, espaço*”, sendo este consumo efetivado por meio

tanto da apropriação do espaço na instalação dos equipamentos e serviços receptivos, quanto pelo consumo da paisagem. Esta, por sua vez, expressa um arranjo cultural que é “*o resultado da valorização, pela prática social do turismo, de determinados arranjos de formas (naturais ou antrópicas) num dado momento*” (Cruz, 2002:109). O Turismo para ambientes naturais e para o meio rural representa maneiras diferentes de avaliar os recursos existentes nessas áreas, próprias da sociedade pós-moderna na qual o bucolismo, a tranquilidade e o contato com a natureza se tornaram atrativos, encontrados preferencialmente nessas paisagens.

Segundo Santos, “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas, que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (Santos: 1996: 83).

Analisando o conceito de paisagem e a relação desta com o Turismo, Cruz e Yázigi (2002) e Silva (2003), chamam atenção para a possibilidade de manipulação dos elementos paisagísticos para fins turísticos, criando-se a “cenarização” (Silva, 2003:14) ou a padronização dos lugares turísticos, a fim de atender aos modismos da demanda. Se “*as paisagens turísticas podem ser manipuladas, recriadas, copiadas e coladas (no território) como um recurso de computador*” (Cruz, 2002:109) para atender ao gosto dos turistas, estes acabam sendo responsáveis pela forma final da paisagem-atração. Assim, formas não condizentes com a procura da demanda podem ser ignoradas, desprezadas ou até mesmo extintas.

O espaço e o território ocupados pelo Turismo vêm sendo transformados e adaptados, objetivando realçar aspectos visuais que atraiam os visitantes, segundo imagens (elaboradas nos meios de comunicação principalmente) criadas para representar os lugares turísticos. Essas imagens por sua vez podem acarretar o reforço de estereótipos, a corrupção de formas tradicionais de organização social e alimentar “*conflitos entre as paisagens do lazer e as paisagens do cotidiano*” (Silva, 2003:10), ou seja, entre o espaço do turista e o dos moradores do lugar turístico.

A expansão de chácaras de veraneio em ambientes rurais, por exemplo, é quase sempre incompatível com a manutenção da produção da pequena propriedade familiar, porque o encarecimento da terra pela especulação imobiliária gerada com o Turismo acaba por atrair uma parcela dos locais, que vendem seus lotes e passam a viver no núcleo urbano próximo como empregados no comércio ou nos serviços receptivos.

Os diversos efeitos da expansão do Turismo em paisagens naturais e rurais têm sido abordados na literatura como decorrentes do processo de transformação do espaço turístico em mercadoria e, portanto, da paisagem turística (reduzida a cenário) como o elemento visível, identificável, dessa mercadoria pelo turista. Sendo “*a paisagem, sabidamente, um dos motores do turismo*” (Meneses, 2002:53), e este uma das maiores atividades econômicas da atualidade, a associação entre ambos, Turismo e paisagem, envolve cada vez mais recursos econômicos. “*Há produção, circulação e consumo de bens e serviços, há investimentos da mais variada natureza*” (Meneses, 2002:54) no processo de incorporação da paisagem pelo Turismo. Dessa forma, as expectativas dos

organizadores turísticos são também crescentes, e a valorização das paisagens turísticas prossegue.

1.3 – O TURISMO SERRANO NO BRASIL

O território brasileiro não apresenta cadeias montanhosas geologicamente recentes, de elevadas altitudes como a cordilheira andina situada na extensão oeste do subcontinente sul-americano, a qual atinge elevações de até 7 mil metros, como o Pico Aconcágua. Os escudos cristalinos Guiano e Brasileiro são estruturas geológicas antigas que dominam a superfície do país (36% do total), formando relevos desgastados de planaltos e serras que se elevam no máximo até cerca de 3 mil metros (Pico da Neblina - RR).

De fato, grande parte de nosso território (56%) encontra-se entre 200 e 900 metros de altitude, mas somente 3% acima de 1000 metros. Por esse motivo apenas, de ordem meramente física, não se pode falar em turismo “de montanha” no Brasil.

Para o Turismo doméstico, contudo, as serras e escarpas de planaltos situadas ao longo da porção leste do país, coincidindo com as áreas de maior concentração da população, tornaram-se, nas últimas décadas, grandes atrativos.

Os turistas nacionais “descobriram” as serras a partir do final do século XIX, quase cem anos após o Velho Mundo “descobrir” os Alpes como atração:

O século XVIII também marcou a etapa do chamado turismo ‘romântico’, quando as pessoas começaram a gostar de ar, montanhas, natureza. Antes, ninguém olhava para os Alpes como algo belo; pelo contrário,

há descrições como ‘horrível’, ‘provoca senso de horror’ e outras (Barreto, 2000:50-51).

Provavelmente influenciadas pela cultura européia, as elites brasileiras passam a se interessar pelas virtudes do climatismo serrano, não apenas por deleite estético, propiciado pela visão cênica e pela vegetação de florestas, mas talvez principalmente em virtude do conforto propiciado pelas temperaturas mais amenas nas áreas serranas. A instalação do palácio imperial em Petrópolis, na serra fluminense, em meados do século XIX, dá início ao processo de valorização daquelas paisagens pela parcela abastada da população brasileira.

Responsáveis por amenizarem os efeitos da tropicalidade dominante no território nacional, as serras próximas ao litoral oriental passaram a ser ocupadas, gradualmente, a partir dos focos de imigrantes europeus, gerando atrações culturais por conta dos modos de vida transpostos da Europa. A Serra Gaúcha, a Capixaba e trechos da Mantiqueira (Penedo, Visconde de Mauá) tornam-se mais tarde verdadeiras atrações de “estilo europeu” em virtude dessa ocupação.

A descoberta das propriedades do ar mais seco e com menos partículas de poeira, entre outras qualidades (Almeida 1999:24), foi um fator a mais para a ocupação de certas áreas serranas, como o platô de Campos do Jordão, dessa vez com a instalação do turismo de saúde em sanatórios e casas de repouso para doentes de anomalias respiratórias.

Os jogos em cassinos, durante o curto período de sua permissão entre nós, também contribuíram para a ocupação turística de algumas cidades serranas, no sul mineiro (Araxá) e no Rio de Janeiro (Petrópolis).

Assim, entre as últimas décadas do século XIX e a metade do XX, as serras brasileiras, notadamente as do Sudeste, estavam incorporadas ao processo de expansão do Turismo nacional, com as elites buscando repouso e contemplação em lugares exclusivos “de montanha” e “europeus”, os denominados “*cenários transpostos de lugar*” (Silva, 2003:90), na referência da autora à paisagem idealizada de cidades como Campos do Jordão.

Aquela exclusividade deixa de ser relevante a partir da expansão do uso do automóvel decorrente do crescimento das classes médias, que passam a afluir para as serras. Esse movimento mimético é uma característica do fenômeno turístico: as camadas mais baixas da população imitam o comportamento das mais altas e buscam ocupar as destinações antes exclusivas, acarretando a procura de novos destinos por parte dos mais ricos, numa constante.

Dessa forma, entre os anos 1960 e a atualidade, o turismo serrano se desenvolve para as massas, numa sucessão de estruturas criadas para atender essas demandas em todo o país:

- Vôos “charter” em pacotes turísticos para Gramado, no Sul, onde há possibilidade eventualmente de encontrar a neve;
- Novas auto-estradas conectando toda a área da megalópole brasileira, o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, às regiões serranas do Sudeste (Mantiqueira e Serra dos Órgãos);
- Cenários de chalés “alpinos”, em torno de Garanhuns, PE, na Serra da Borborema (a escarpa que limita parte do planalto com o litoral leste da Região);

- Festivais “de inverno” na serra de Baturité, próxima de Fortaleza, CE, onde novos núcleos serranos apontam.

Essa modalidade de Turismo ganhou expressividade e atinge vários pontos do país, conforme ilustra Simielli (2000:99).

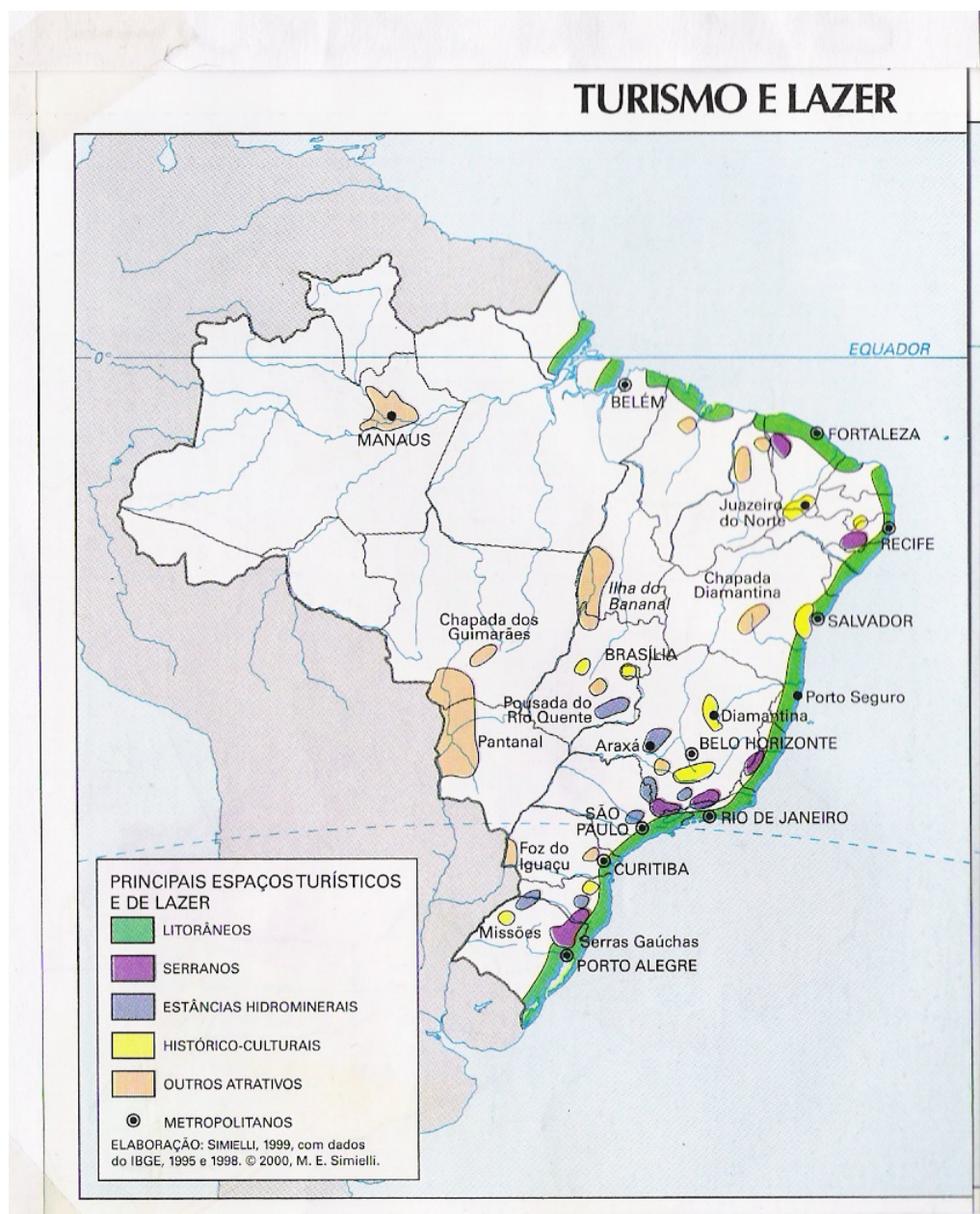


Figura 8: Mapa dos espaços turísticos brasileiros.

Fonte: SIMIELLI, M. *Geotlas*. Ática. São Paulo. 29 ed. 2004.

Acessíveis, as destinações passaram a se organizar criando novos atrativos para atender públicos variados e gostos em permanente mudança. Há inúmeras opções:

- Festivais gastronômicos de cozinhas européias ou aproveitando ingredientes “da montanha” brasileira (festival do pinhão em Cunha, SP; festival da truta [!!] em Campos do Jordão);
- Festival de Cinema de Gramado, RS, atraindo fãs de astros da televisão;
- Festivais de Música erudita (Campos do Jordão, SP; Conservatória, RJ) e Jazz (Redenção, CE);
- Esportes radicais como “paraglider”, vôo livre e escalada (Mantiqueira);
- Compras de artesanato e malharia em Gramado e Canela, RS e em Campos do Jordão.
- Entretenimento noturno nas “baladas” de Capivari, o bairro-vitrine de Campos do Jordão, onde bares e restaurantes da moda, da capital, instalam filiais temporárias no inverno.
- Turismo de eventos nos centros de convenções e hotéis de grande porte em Gramado, Petrópolis, Teresópolis e Campos do Jordão.
- Cavalgadas, passeios por trilhas, visitas a fazendas e diversas modalidades de turismo rural e de natureza em todas as regiões serranas do país se expandem.

Os meios de comunicação ajudam, há algum tempo, no reforço da imagem das serras como a opção de “turismo de inverno” para públicos variados. O texto a seguir, de 12 anos atrás, mostrava:

Campos do Jordão, SP, Monte Verde, MG e Itaipava, RJ. Nestas paisagens, o Brasil fica abaixo de zero em grande estilo. A herança européia esquento o tempo com lareira, sauna e vinho. Montanhas e cachoeiras esperam os aventureiros. Urbanos de carteirinha se esbaldam em lojas e bistrôs. (Revista da Folha, 3/7/1994).

Nesse contexto, novas destinações despontam nos roteiros turísticos nacionais, enquanto as antigas se ajustam aos novos tempos: a serra tornou-se, portanto, um destino cheio de possibilidades a serem exploradas, e o mercado de viagens vem se incumbindo de aparelhar as localidades.

1.4 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A QUESTÃO DA BASE LOCAL.

Essa problemática vem sendo discutida nas últimas décadas em vários estudos por todo o mundo, sob influência dos desdobramentos da crise ambiental vivenciada no planeta em geral, como também em muitas destinações turísticas inadequadamente planejadas. Cohen expressa com precisão a importância da estratégia do Turismo sustentável no seguinte trecho:

'Sustainability' became in recent decades a leading concept in development studies...the concept was quickly introduced into tourism practice and research... in order to help conserve the environment and culture of destination and provide the tourist industry with a more secure future. (Cohen 2002: 267).

Após as grandes conferências patrocinadas pelas Nações Unidas (ONU) desde 1972 em Estocolmo, Suécia, e principalmente depois da divulgação do relatório Brundtland, em 1987, “Nosso Futuro Comum”, os princípios do planejamento sustentável tornaram-se bases para os projetos de desenvolvimento em todos os setores.

No Turismo, a conferência de Ottawa da Organização Mundial de Turismo (OMT), de 1989, definiu as bases do turismo sustentável. Ao mesmo tempo inúmeras *“instituições internacionais de defesa, preservação ecológica e certificação ecológica”* (Beni, 2003:11) surgiram para ajudar a conter a degradação do meio ambiente. Beni retoma o histórico dessa questão e resume a sustentabilidade em seis grandes eixos:

1. Social: criar um desenvolvimento baseado no “ser” com equidade na distribuição do “ter”, ampliar a participação das massas e diminuir as desigualdades sociais.
2. Econômica: possibilitar a gestão eficiente dos recursos, regulando os fluxos de capitais públicos e privados, para reduzir custos sociais e ambientais, em oposição à lógica economicista.
3. Ecológica: incrementar a capacidade de visitação dos recursos naturais, porém com limites nas áreas ambientalmente frágeis, limitar o consumo, pesquisar tecnologias limpas e aplicar legislação ambiental.
4. Espacial: configurar o equilíbrio entre o rural e o urbano, evitando ocupação descontrolada; apoiar agroflorestamento, empregos rurais não agrícolas, agricultura regenerativa e reservas da biosfera.

5. Cultural: considerar as tradições e sua pluralidade diante da modernização de sistemas rurais integrados ao Turismo.
6. Política: estimular a negociação entre os grupos locais envolvidos nas questões fundamentais do planejamento turístico.

Essas várias dimensões da sustentabilidade apresentam um ponto em comum: a necessidade de incluir as populações locais das destinações turísticas no processo de planejamento e nos planos de manejo dos respectivos territórios nos quais se encontrem os recursos para o Turismo.

É preciso definir, portanto, quais são as formas de articulação dos sujeitos locais, sem atribuir a eles a noção de “comunidade receptora”, pois esta faz sentido apenas em relação a lugares pequenos, que ainda apresentam características de comunidade porque seus membros são poucos e mantêm interesses comuns. Pode-se falar em comunidade rural, caiçara, dos empresários ou dos lojistas, mas quando analisamos o Turismo em sociedades complexas ou grandes cidades, pode-se dizer que há relações diferentes entre diferentes comunidades dessa sociedade e os turistas que a visitam (Barreto, 2003:135).

Os lugares turísticos em geral são habitados por diferentes grupos, por isso optou-se nesta pesquisa pelo uso da expressão “população local” para referência ao conjunto dos moradores das destinações turísticas investigadas.

O Turismo apresenta-se em manifestações econômicas, sociais e culturais diante dos moradores, e esses reagem e interpretam tais efeitos de diferentes formas, segundo suas características pessoais (de classe, de renda, de grau de instrução, de religiosidade, etc.) e de acordo com o grau de envolvimento na atividade.

De qualquer forma, retomando a discussão acerca do papel dos moradores na definição das políticas de desenvolvimento turístico, os planejadores afirmam a necessidade da “base local” para a satisfatória realização das premissas da sustentabilidade.

Esse conceito tornou-se um marco teórico na pesquisa e na prática do Turismo nas últimas décadas. Conforme Cohen,

“The concept was quickly introduced into Tourism practice and research, and became important enough for a specialized periodical, The Journal of Sustainable Tourism, to appear in 1993 and soon to acquire a respectable position in the burgeoning field of tourism-related literature” (Cohen, 2002: 267).

No Brasil, desde meados da década passada há um congresso anual acerca do tema, e as pesquisas vêm se avolumando por conta dos múltiplos impactos da atividade turística nos ambientes respectivos.

Neste trabalho há o interesse de compreender dois aspectos relacionados à base local do turismo sustentável. Primeiro, de quais formas os organizadores (empresários e poder público) avaliam as possibilidades de participação da população nas decisões sobre o Turismo. Em segundo lugar, mas não necessariamente nesta ordem, como os próprios residentes atuam (ou não) para a expansão turística em curso nas localidades estudadas.

O discurso e a prática dos organizadores e a percepção dos moradores serão confrontados para se medir o nível de sustentabilidade das políticas em andamento. Essa análise possibilitará entender as parcerias bem sucedidas,

assim como os eventuais conflitos entre os diferentes grupos que compõem as populações.

A premissa que norteia esta análise baseia-se numa das constatações de Cohen: *“there is a possible misuse of the concept of sustainability in advertisement and as a means of legitimizing takeover of control over natural sites or cultural practices of local people by state agencies or private enterprises”* (Cohen, 2002:274).

Ao descrever algumas ações de “ecoturismo” na Tailândia, Cooper transcreve o relato de um planejador acerca dos efeitos do uso descontrolado dos recursos numa determinada destinação vendida para aquele segmento de viagem.

“Um dos principais fatores do fracasso do ecoturismo e a falta de participação das comunidades locais, devida (sic) ao baixo nível de qualificação de gerenciamento e pouco poder de barganha contra a indústria do turismo” (Cooper, 2001:197).

Fica evidente neste caso a utilização do rótulo ecoturismo para esconder práticas não sustentáveis de visitação, contrárias por isso aos parâmetros do planejamento sustentável.

O desenvolvimento econômico tem sido tomado quase sempre como crescimento da economia, observa Liu (2003), no entanto desenvolvimento sustentável deve ser encarado, de acordo com a posição adotada por esse autor como: *“a process of realising specific social and economic goals which may call for a stabilisation, increase, reduction, change of quality or even removal of existing products, firms, industries, or other elements* (Liu, 2003:461)”.*”*

Confundir permanentemente essas variáveis, no afã do lucro incessante e crescente, tem impedido, na maior parte das destinações, de se conseguir atingir todos os objetivos das políticas de planejamento sustentável. Ruschmann sintetiza esta questão no trecho a seguir:

“Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula, e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país nem em outros países.” (Ruschmann, 2001:11).

Empresários desejam mais lucros, a população requer mais empregos e renda, os administradores precisam de mais impostos para obras geradoras de mais votos. Como conciliar, nesses ambientes receptivos, tais interesses, pessoais e de grupos, diante da necessidade de se estabelecer limites como o de capacidade de carga, é a questão a ser equacionada.

No texto de Liu (2003), vários questionamentos são realizados para um debate acerca dos limites da sustentabilidade do Turismo, tendo em vista as contradições expressas no parágrafo anterior. Sintetizamos essas questões a seguir:

Primeira: O turismo sustentável é somente uma questão de suprimento? Se for assim então é necessário re-alocar a demanda, criando destinações como

parques temáticos, capazes de absorver milhões de turistas reduzindo as pressões sobre o ambiente natural. Técnicas de gerenciamento da visitação, seleção de públicos alvo e controle dos fluxos com educação para os viajantes, podem solucionar a questão.

Segunda: O recurso turístico é uma entidade fixa?

O conceito de recurso é ao mesmo tempo funcional e cultural. Os recursos não o são a priori, eles se tornam, de acordo com a evolução da sociedade e suas mudanças de valores. Por isso, devemos buscar o balanceamento entre consumo, transformação e criação de recursos turísticos, maximizando a utilização dos mesmos, para aumentar o capital obtido e reverter parte deste para as políticas de sustentabilidade.

Terceira: A promoção da equidade na localidade não é imperativa?

A população local precisa ser vista como parte do produto turístico e o ideal de mobilização social deve ser buscado. Há diferentes grupos de interesse na destinação e a sustentabilidade requer que não haja subordinação de uns sobre outros.

Quarta: A integridade cultural implica rejeição às mudanças sociais?

As populações não podem, em nome do Turismo permanecerem congeladas, sem os benefícios do progresso tecnológico, como uma espécie de museu vivo para garantir a atratividade, num tipo de “hollywoodinização”.

Quinta: A sustentabilidade tem sido comumente avaliada?

Os conceitos de capacidade de carga, de gerenciamento dos recursos, de planejamento com planos de manejo têm sido discutidos, porém muito pouco efetivados. Esses princípios têm que ser de fato seguidos, ou o próprio Turismo corre perigo.

Sexta: O chamado “ecoturismo” é realmente um caminho para a sustentabilidade?

As práticas envolvidas em certas viagens à natureza, sob o rótulo de roteiros ditos “ecoturísticos”, têm se mostrado, freqüentemente, perniciosas aos ambientes onde ocorrem. É preciso tornar ecológica toda forma de visitação, na verdade.

Tendo em vista as premissas implicadas nas respostas de Liu a cada uma de suas próprias questões, estaremos analisando, por meio do conhecimento das opiniões dos residentes nas localidades pesquisadas, o quanto se pode atestar a sustentabilidade das ações de planejamento e gestão do Turismo na área de estudo.

2. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

Nesta seção apresentam-se os principais elementos caracterizadores da área pesquisada.

Inicialmente destaca-se o papel de Campos do Jordão no contexto regional, como núcleo polarizador da expansão turística na Serra da Mantiqueira paulista.

A seguir, são mostrados os aspectos determinantes da atual fase de desenvolvimento turístico nas três localidades pesquisadas.

2.1 – O ELEMENTO CATALISADOR: A “SUÍÇA BRASILEIRA” OU CAMPOS DO JORDÃO

Estância hidromineral de Campos do Jordão. Esta é a denominação oficial, criada pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) do governo do estado de São Paulo. Contudo, poucos atentam para o fato de haver no território do município fontes hidrominerais importantes. A cidade tornou-se célebre principalmente a partir da década de 1970, quando foi cunhada (não se sabe bem ao certo por quem) a expressão “Suíça Brasileira” para designá-la nos meios de divulgação. Esse período corresponde ao início da expansão do Turismo de massa no país, na época do “milagre econômico”.

A construção da moderna rodovia de acesso direto, há mais de trinta anos, conectando a cidade ao eixo viário formado pela rodovia Presidente Dutra, principal ligação entre as duas maiores metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro), permitiu o crescimento contínuo dos fluxos de visitantes nos três últimos decênios. Atualmente a cidade recebe meio milhão de visitantes, segundo

estimativa da prefeitura local, na temporada de inverno, compreendida pelo mês de julho.

Embora o núcleo urbano tenha surgido no início do século passado, Campos do Jordão passou a ter sua imagem vinculada ao Turismo apenas a partir da década de 1940, quando os antigos sanatórios para tratamento de doenças respiratórias foram sendo substituídos pelas residências secundárias. Embora possa se falar num “turismo de cura” (Cavaco e Fonseca, 2001).

O processo de ocupação do território até a transformação em núcleo receptor de turismo serrano pode ser mais profundamente conhecido em Almeida (1999), Cavaco e Fonseca (2001) e Silva (2003), pois não constitui objetivo deste trabalho. Importa destacar a situação atual e a compreensão dos efeitos da expansão turística sobre as formas de organização do espaço do entorno do município.

Desde o primeiro hotel, inaugurado em 1943, contam-se hoje mais de 70 meios de hospedagem cadastrados pela Prefeitura; enquanto *“a função terapêutica do seu clima apagou-se completamente face à quimioterapia, ao mesmo tempo (sic) que se acentuaram a de climatismo, a de ecoturismo e até a de turismo cultural [com o] festival de Inverno”*. (Cavaco e Fonseca, 2001:116).

Campos do Jordão tornou-se efetivamente uma “cidade turística” nas últimas décadas, *“categoria de lugar turístico para especificar os municípios ou distritos municipais cuja economia está baseada essencialmente no turismo”* conforme esclarece Silva (2003:10). Nas últimas três décadas, *“O turismo é, sem dúvida, a grande actividade ou a actividade motora da economia de Campos do*

Jordão, que induz por sua vez o comércio”, avaliam Cavaco e Fonseca (2001:116).

Todos os anos, nos mês de julho, a cidade atrai milhares de turistas e excursionistas, com grande público formado pelas classes de consumo A e B, tornando Capivari, onde está o comércio mais sofisticado, uma vitrine para o lançamento de novos produtos por parte de companhias de diversos segmentos. Empresas de automóveis, eletroeletrônicos, vestuário, degustação gastronômica, etc., montam “stands” temporários, aproveitando o trânsito incessante de pedestres pelas ruas do pequeno bairro.

Esses visitantes são atraídos pelo frio e pelo cenário de arquitetura e estética ‘kitsh’ (Silva, 2003), “*imitando os modelos das construções urbanas européias*” (Cavaco e Fonseca, 2001:115), com chalés inspirados em “*paisagens alemãs, suíças e francesas*” (Silva, 2003:4).

Algumas estações de rádio FM da capital paulista, sintonizadas por segmentos de alta renda, também instalam seus estúdios temporários em Capivari em julho, irradiando seus programas direto da cidade na temporada, o que contribui ainda mais para atrair visitantes, inclusive os de outras camadas sociais. Os excursionistas de renda mais baixa, por exemplo, visitantes de um dia transportados em veículos coletivos, como ônibus e vans, cujo acesso é controlado pela prefeitura.

A Secretaria de Turismo Municipal determina o limite de doze ônibus de excursão por dia, permitidos de entrarem na cidade. Os demais acima desse número devem estacionar antes do portal e seus passageiros utilizarem o ônibus

circular local, para atingirem o distrito de Capivari, principal atrativo. Contudo, não há controle do número de vans, ainda de acordo com a prefeitura.

Assim, Campos do Jordão pode ser considerada uma “falsa” cidade européia no Brasil, conforme Silva (2003), um cenário que transmite a farsa da idéia de “pitoresco”, quando na verdade apresenta uma “*paisagem idealizada*” (Silva, 2003:91), na qual os produtos comercializados são, em sua maioria, importados de outras localidades.

O sucesso desse tipo de ocupação do espaço deve-se à associação entre os interesses particulares, do empresariado, e o poder público. Neste ano o governo estadual gastou mais de 100 milhões de reais na recuperação de algumas estruturas receptivas e na divulgação da temporada de inverno, segundo informação vinculada na imprensa (*Folha de São Paulo*, 21.07.06, Suplemento de Turismo).

Por sua expressividade no quadro do turismo nacional “*Campos do Jordão destaca-se como estância turística de inverno à escala do Brasil e pelos efeitos que pode induzir nos municípios próximos, nomeadamente em Santo Antonio do Pinhal e em São Bento do Sapucaí*”, observam Cavaco e Silva (2001:113). Ficam evidentes, em consequência dessa afirmação transcrita, os efeitos da irradiação do turismo a partir do potencial de atração de Campos, sobre os territórios dos municípios de seu entorno, como percebidos pela pesquisa das autoras.

Há muitos problemas decorrentes dessa expansão turística na cidade. Congestionamentos, roubos e furtos, mendicância, vandalismo na paisagem (acaba de ser construído um conjunto de edifícios em Capivari, ao longo da linha férrea, que impede a visão das araucárias centenárias e até do rio Sapucaí) são

noticiados a cada temporada. O exemplo a seguir ilustra em parte um desses problemas.

A sazonalidade acentuada, por sua vez, força as autoridades e os empresários locais a buscarem alternativas para a concentração da demanda em julho, lançando mão de novas opções de turismo, como o esportivo (arborismo, rapel) e o contemplativo (caminhadas na mata), que podem ser realizados em qualquer época, além do apelo ao público de terceira idade, além dos eventos programados, como congressos. Dessa forma, novos usos do espaço e novas formas de apropriação da paisagem vão se esboçando, redefinindo a oferta turística e, por conseguinte, dando novos rumos à organização do espaço em Campos do Jordão e além de suas fronteiras, principalmente em seu entorno imediato.

2.1.1 - As novas destinações do entorno de Campos: apresentação das localidades selecionadas

As primeiras sondagens de campo indicaram, há mais de 10 anos, a incipiente expansão do Turismo nas pequenas cidades de São Bento do Sapucaí, Santo Antonio do Pinhal e no distrito de São Francisco Xavier, pertencente ao município de São José dos Campos.

Reportagem da revista “Veja São Paulo” daquela época (16/07/1994), comparando os preços de produtos gastronômicos e de hospedagem similares, entre essas localidades e Campos do Jordão, chamava atenção do leitor/turista para as vantagens de economizar e ao mesmo tempo ficar perto desta cidade.

Esse tipo de matéria jornalística é recorrente, como a do jornal “Folha de São Paulo” de 27/7/2005, reproduzida em parte a seguir:

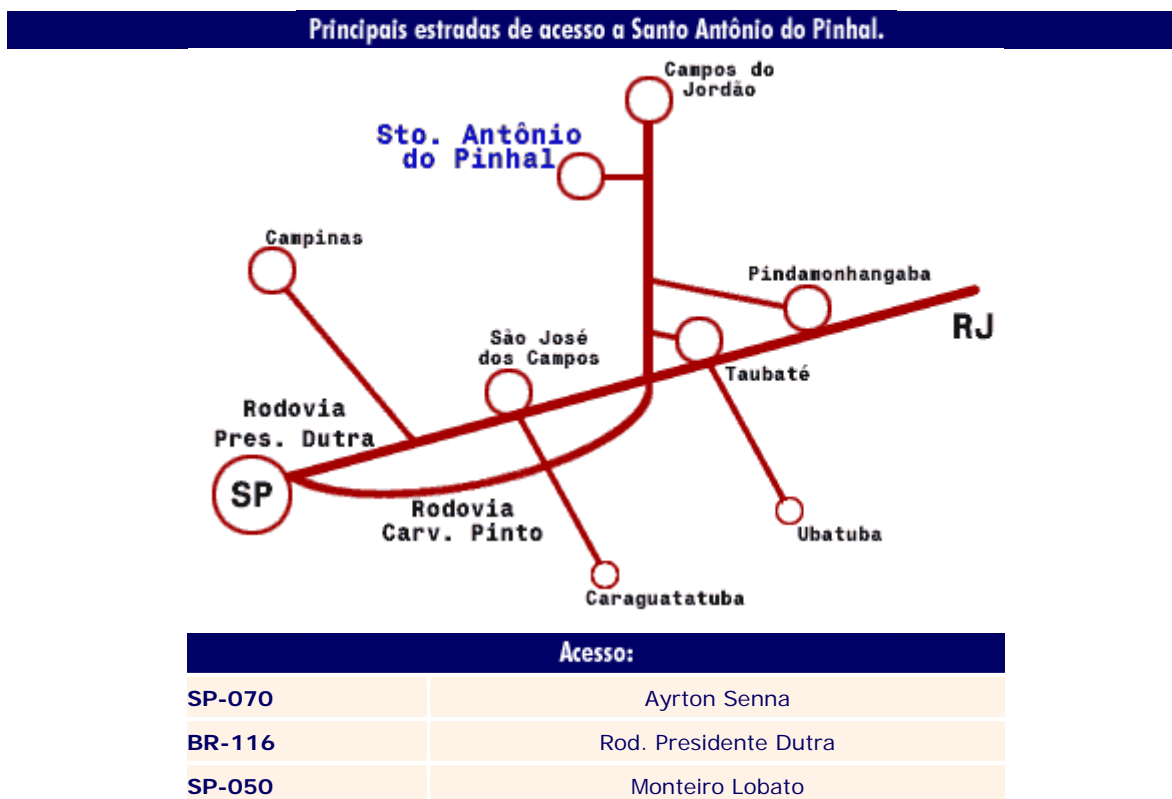


Figura 9: Situação viária e comparativo dos equipamentos receptivos
(Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, 26/05/2005)

A reprodução do texto acima dá idéia do grau de interdependência das cidades do entorno de Campos do Jordão. O dimensionamento dessas relações é um dos objetivos deste trabalho e será apresentado em capítulo posterior.

2.2 – SANTO ANTONIO DO PINHAL: A PROXIMIDADE E A ACESSIBILIDADE EM RELAÇÃO A CAMPOS DO JORDÃO DEFINEM A EXPANSÃO TURÍSTICA

O pequeno núcleo de 6 628 mil habitantes (IBGE, 2003) situa-se a menos de 20 km da entrada principal de Campos, conforme mostra o mapa a seguir.



A Rod. Ayrton Senna (SP-070) é uma das opções para quem vem de São Paulo, apresentando ótima sinalização e condições de tráfego. No trecho São Paulo - Santo Antônio do Pinhal são registrados dois pedágios e no sentido contrário é registrado apenas um.

A Rod. Pres. Dutra (BR-116), é outra opção para quem vem da capital, apresentando condições razoáveis de tráfego. É registrado apenas um pedágio.

A Rod. Monteiro Lobato (SP-050), é a opção para quem vem das cidades vizinhas como Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí. A rodovia apresenta condições boas de tráfego, exceto nas temporadas.

Distâncias:	
São Paulo	172 km
Campos do Jordão	15 km
Taubaté	29 km
São José dos Campos	72 km
Caraguatatuba	160 km

Fonte: www.guiapinhhal.com.br/index.php?key=html/como.php

Essa posição possibilitou a rápida expansão do setor de hospedagem na cidade, que tinha algumas poucas pousadas em 1994 e hoje possui 42. *“Há trinta anos, quando não existia ligação viária entre as duas cidades, não existia turismo em Pinhal”*, afirma o atual presidente do COMTUR local.

Os atrativos de Pinhal são poucos (vide anexo 01), estando concentrados nas cachoeiras, trilhas e num incipiente turismo rural em propriedades agrícolas. Como em toda a região, a maior parte do território do município está sob área de proteção ambiental (Parque Estadual da Serra da Mantiqueira, Decreto Lei 91 304, de 03.06.85 que inclui parte dos territórios de MG, RJ e SP), dificultando assim a instalação desenfreada de novos equipamentos receptivos, ao menos tecnicamente ou segundo a legislação ambiental, pode-se afirmar. Uma lei municipal, para exemplificar, impede a construção de edificações com mais de 10 metros de altura.

Embora o crescimento no número de pousadas tenha sido vertiginoso na última década, o ponto de saturação parece ter sido alcançado, porque há empreendimentos do tipo sendo fechados atualmente, afirmou o presidente do COMTUR local.

A cidade não dispõe de hotéis propriamente e, além das pousadas, há apenas 2 campings. Novas formas de hospedagem, como o aluguel de casas ou de cômodos em residências locais começa a surgir. O parcelamento de lotes para venda e formação de chácaras, comprados por forasteiros, começa a preocupar, afirmou em entrevista o ex vice-prefeito da cidade.

Seu centro comercial resume-se à área da avenida principal e adjacências (na verdade parte da rodovia que dá acesso à vizinha São Bento do Sapucaí e ao sul mineiro). A economia é formada por uma produção agrícola pouco significativa (batata e tomate, orquídea e cravo), a pecuária nunca foi representativa. Há trinta anos, havia importantes plantações de frutas (nectarina, pêssego, maçã verde e hortifrutigranjeiros), em pequenas propriedades de lavoura artesanal. A intensificação da produção no vale do rio Paraíba do Sul acarretou no declínio daquela produção. Nos últimos dez anos, avalia o presidente do COMTUR, o turismo tornou-se a principal atividade da economia local.

As atividades receptivas em Santo A. do Pinhal vêm sendo coordenadas pela administração municipal, com a criação de Secretaria própria em meados da década passada. Há Conselho de Turismo, liderado por pequenos empresários locais. As ações da Secretaria resumem-se em promover a cidade no “Circuito Mantiqueira”, junto com o DADE/SETUR e cinco prefeituras da região, organizar eventos na temporada, para fixar o visitante que em geral “dorme na cidade, mas

passa o dia em Campos”, conforme comentário da Secretária de Turismo entrevistada. Fora da alta estação há estratégias de captação de eventos para evitar maiores prejuízos advindos da sazonalidade.

O SEBRAE está, no momento, elaborando um levantamento (inventário) dos recursos turísticos, como foi informado pela Secretaria Municipal de Turismo. Uma associação de colaboradores da cidade formou-se há alguns anos, denominada “Arraial Santo Antonio”, para contribuir com ações de planejamento e organização, em várias áreas, não apenas para as atividades receptivas. No ano passado, contudo, ela deixou de atuar e seus membros (pequenos empresários e intelectuais locais) extinguiram a entidade. As causas, segundo relatos informais dos entrevistados, parecem estar relacionadas a divergências políticas locais.

O ambiente de Pinhal é tranquilo, a atmosfera de lugarejo interiorano permanece e é enaltecida, pelos residentes, como detectado nas entrevistas. Os organizadores do turismo local, por sua vez, fazem uso desta característica e a utilizam com frequência em seus materiais promocionais, conforme exemplificado a seguir, com a folheteria oficial.

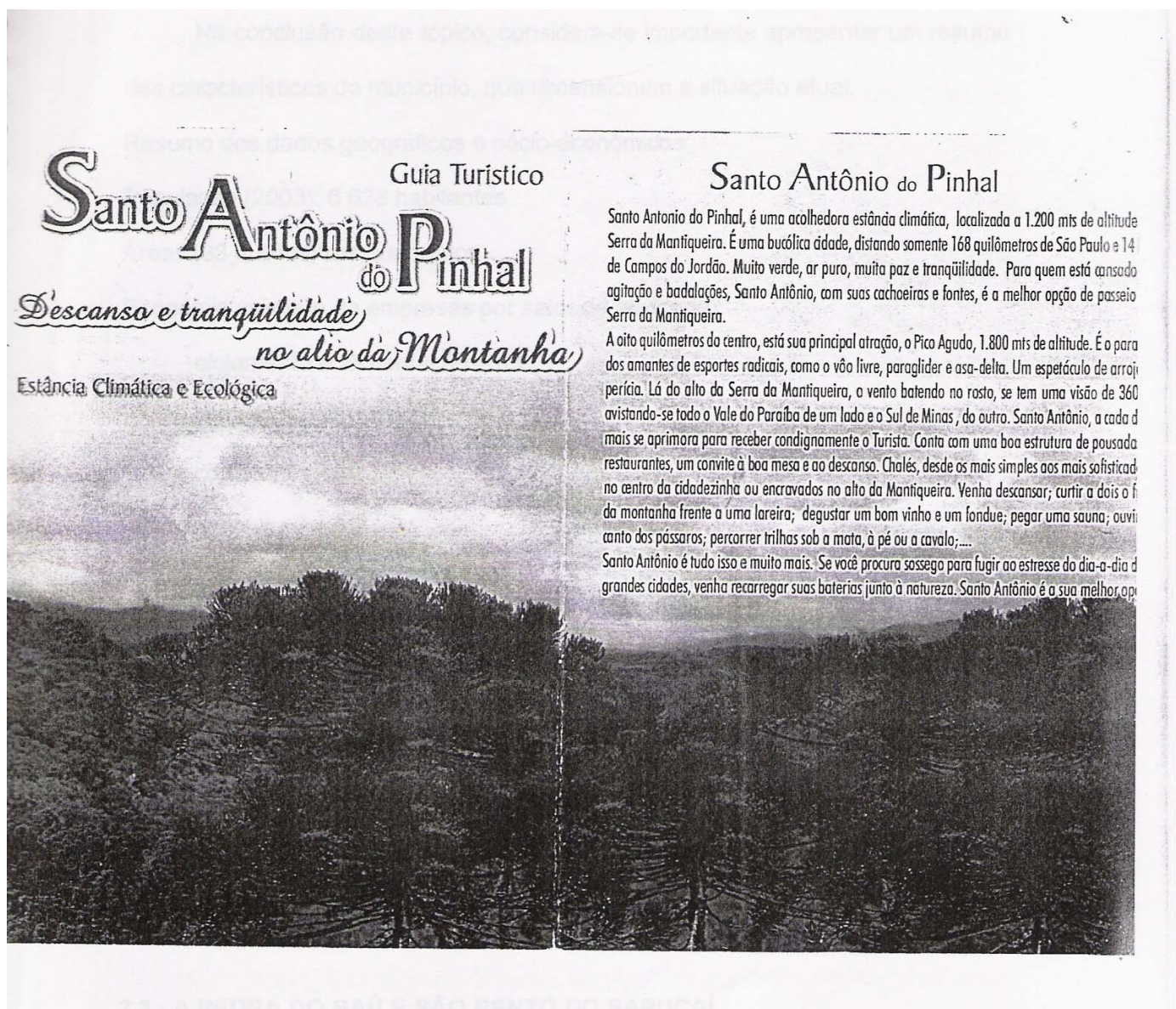


Figura 8: Folder promocional da Secretaria de Turismo de Santo Antonio do Pinhal (s/d)

Na conclusão deste tópico, considera-se importante apresentar um resumo das características do município, que dimensionam a situação atual.

Resumo dos dados geográficos e sócio-econômicos:

População (2003): 6 628 habitantes

Área: 133 quilômetros quadrados

Economia (número de empresas por setor de atividade):

- Alojamento e alimentação = 63
- Indústrias = 40
- Comércio = 160
- Agricultura = 3
- Extrativismo = 1

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2001

Administração:

- Plano diretor: possui
- Legislação sobre áreas especiais: possui
- Consórcios intermunicipais: possui

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, Gestão Pública, 2001

2.3 - A PEDRA DO BAÚ E SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Na paisagem da cidade destaca-se a elevação, atingindo 1 810 metros de altitude desde o nível do mar, cuja imagem é vendida em cartões-postais da grande vizinha, Campos do Jordão. Localizado na divisa entre os dois municípios, o monolito é mais bem apreciado a partir do território jordanense. Assim, boa parte

do material promocional de Campos utiliza fotos e filmes com a Pedra como símbolo da natureza generosa do lugar. Em contrapartida, São Bento se impõe como “dona” da formação geológica, enfatizando esta propriedade na promoção de sua imagem turística.

Essa colocação preliminar a respeito do valor cênico da Pedra do Baú pretende dar destaque aos elementos proximidade e singularidade do atrativo, para mostrar o vínculo estreito entre as duas cidades. O acesso à Pedra do Baú pode ser realizado a partir de Campos, tornando-a um dos atrativos mais procurados por visitantes desta destinação.

Tal posicionamento favoreceu São Bento, tornado-se um dos principais fatores do crescimento do turismo na localidade:

O que impulsionou o turismo em São Bento foi a exploração das trilhas no entorno da Pedra do Baú, a propaganda ‘boca a boca’ dos acampados, originando hotéis e restaurantes na segunda metade dos anos 90 (Sá, 2001:36).

A importância daquele atrativo geológico levou à formação de um plano de manejo, descrito em Cavaco e Fonseca (2001:119-123), há alguns anos, sob supervisão da Fundação Pedra do Baú, ONG sediada na localidade. Contudo, por tratar-se de área particular extensa (38 ha) e por outros motivos ligados a rivalidades locais, o projeto do “Parque Ecoturístico do Baú” não conseguiu ser plenamente implementado.

Com 10 866 habitantes (IBGE, 2003), S.B. do Sapucaí é o maior entre os três núcleos pesquisados. Apesar disso, mantém as características de vilarejo

pacato. A expansão do equipamento turístico iniciou-se em 1976, com a inauguração do primeiro hotel (já não existente), mas levou muito tempo para ganhar expressividade. Há dez anos existiam apenas 4 pousadas, hoje elas somam mais de duas dezenas.

Além da conhecida “Pedra do Baú” e sua parceira ao lado, o “Bauzinho”, as atrações incluem a tranquilidade da área urbana, o artesanato e aspectos da cultura local.

A agropecuária ainda é o setor mais importante da economia local, e os bananais são o destaque. Há também plantações de frutas e uma lavoura experimental de oliveiras. O agronegócio começa a despertar para o turismo, com a visitação em algumas fazendas já sendo efetivada.

As sedes destas estão sendo transformadas em pousadas, que oferecem alojamento, espaços de lazer, com ou sem piscinas, cavalos, e áreas ajardinadas ou relvadas. Não se descuidam, todavia, a produção primária e a criação animal. (Cavaco e Fonseca, 2001:117).

As atividades turísticas em São Bento têm sido coordenadas pela Secretaria Municipal de Turismo, desde a década passada, quando a cidade participou do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Na época foi realizado o inventário dos recursos pelo SEBRAE. Um grande portal foi erguido então no principal acesso viário local, com as duas torres laterais abrigando a SETUR e o COMTUR, além de um posto de informações.

Entre as ações atuais da SETUR encontram-se o incentivo à capacitação da população, por meio de cursos de sociabilização e profissionalização. Outra atividade recente é o apoio à formação da “Casa da Cultura”, recém-inaugurada, para fomentar a recuperação e a divulgação das tradições locais; também está em andamento a atualização do inventário turístico municipal.

O DADE/SETUR está no momento investindo em projetos de infra-estrutura receptiva, e uma lista de obras está em vias de serem iniciadas, embora recentemente um comunicado daquele órgão tenha afetado as previsões (vide anexo 2). Mas São Bento possui um FUMTUR articulado, e provavelmente os trabalhos possam vir a ser tocados com verbas locais.

Embora em crescimento, as atividades receptivas não são suficientes para atender as necessidades de criação de empregos na cidade, elemento bastante citado nas entrevistas com os moradores. No entanto, de um modo geral a população demonstra grande apreço pelo modo de vida local e espera que a expansão do Turismo continue e venha a ocupar mais a mão-de-obra disponível. Como no item anterior, considera-se importante apresentar um resumo das características do município, que dimensionam a situação atual.

Resumo dos dados geográficos e sócio-econômicos:

População (2003): 10 866 habitantes

Área: 252 quilômetros quadrados

Economia (número de empresas por setor de atividade):

- Alojamento e alimentação = 75
- Indústrias = 43
- Comércio = 167

- Agricultura = 3
- Extrativismo = 2

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2001.

Administração:

- Plano diretor: não possui
- Legislação sobre áreas especiais: não possui
- Consórcios intermunicipais: possui

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, Gestão Pública, 2001

2.4 – O DISTRITO DE SÃO FRANCISCO XAVIER

Apesar de não ser vizinha imediata à Campos do Jordão no sentido de ter território fronteiriço a este município, a localidade de S. F. Xavier situa-se a menos de 50 km de distância e apresenta as mesmas características espaciais e paisagísticas dos outros dois núcleos estudados.

Formando parte do território de São José dos Campos, um dos municípios mais ricos do estado de São Paulo, São Francisco apresenta infra-estrutura mais desenvolvida entre as três localidades pesquisadas.

São José dos Campos beneficia-se da instalação em sua área de grandes empresas e com isso:

Apresenta marcante desenvolvimento tecnológico, aliado a dinâmico ambiente de negócios. Além de contar com o maior pólo aeroespacial da América Latina, tendo a EMBRAER como seu principal ícone, conta ainda com pólos automotivo, de

*telecomunicações, químico e farmacêutico
(Folheto promocional da Prefeitura de São
José dos Campos, s/d: 2).*

A cidade ostenta ainda a 11ª posição no IDH paulista. Dessa forma, conclui-se que o potencial de investimento do município seja, portanto, relativamente alto, em comparação às demais localidades deste estudo.

Contando cerca de 3 mil habitantes, o núcleo de São Francisco localiza-se a 50 km de distância da sede municipal, em área de preservação ambiental na qual se desenvolvem novas estruturas receptivas desde meados da década passada. Atualmente há 22 pousadas e 2 campings, a grande maioria tendo sido inaugurados nos últimos 7 anos, detectou a pesquisa.

Várias ações beneficiando o Turismo estão em desenvolvimento no núcleo, entre elas uma, em especial, chama a atenção. Trata-se da criação, em 2003, da Associação do Turismo Sustentável (ATUS), entidade formada por empresários locais como uma espécie de “braço dissidente” da associação comercial de São José dos Campos, conforme informado por membro de sua diretoria entrevistado. De fato, a direção é formada por donos de pousadas e restaurantes do distrito.

O nome dessa organização denota a tentativa de seus colaboradores de dar um tratamento diferenciado ao desenvolvimento turístico, evitando “os erros de Campos do Jordão” e o crescimento desenfreado do fluxo de visitantes, principalmente os excursionistas de um dia, como considerou uma colaboradora da ATUS em 2004.

O membro da diretoria entrevistado disse que a origem desse nome, ATUS, foi influência de um diagnóstico e plano de manejo apresentados, no início da

década atual, por uma docente do departamento de Turismo da ECA/USP, Doris Van de Meene Ruschmann. No plano de desenvolvimento turístico proposto (ver ANEXO 3) há, como paradigma, a questão da sustentabilidade.

A realidade verificada atualmente, contudo, aponta para conflitos no espaço não previstos nas proposições daquele plano.

A organização das ações em prol do turismo local passou a ser comandada, desde dezembro último, por uma nova Divisão de Turismo criada na Prefeitura de São José dos Campos, como parte da Secretaria de Eventos municipal.

As ações principais da Divisão visam auxiliar as pousadas na conscientização dos turistas em relação ao meio ambiente local (vide anexo 04), e criar um posto de informações turísticas informatizado, que será conectado em rede com as pousadas para obter delas dados sobre a demanda. Outra estratégia em estudo é a de divulgar o distrito na região a partir da seleção de públicos alvos. Esta última medida, segundo a assistente da Divisão entrevistada, deve ser realizada com a promoção do local em meios voltados de comunicação voltados para segmentos específicos como casais (turismo romântico) e esportistas.

O governo estadual por meio da SETUR, que está formalizando o “Circuito Mantiqueira”, com apoio do SEBRAE e dentro da estratégia de regionalização proposta pelo Ministério do Turismo (MINTUR), contribui divulgando o distrito em feiras e eventos de Turismo. Uma ação estimulada por esses órgãos recentemente, diz respeito à sinalização indicativa do distrito a partir do centro de São José dos Campos, nas rodovias próximas e ao longo da estrada que liga a sede municipal a São Francisco. Essa medida visa divulgar a localidade na própria

região, afirma o entrevistado da ATUS, e teve a colaboração do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e da Empresa de Desenvolvimento Viário do Estado (DERSA).

O distrito apresenta anualmente, há 17 anos, uma “Semana do Meio Ambiente”, com palestras e cursos sobre a questão ambiental. Isso contribui para a imagem positiva do local, alega o diretor da ATUS. Segundo ele, a população local apresenta alto nível de consciência acerca da especificidade de São Francisco enquanto APA, por conta do longo período de envolvimento com as atividades das Semanas. A questão ambiental, conforme relatou o entrevistado, faz parte do currículo das escolas de ensino básico do distrito.

A infra-estrutura local é diferenciada. Há mais lazer para a população local, em relação às duas outras localidades estudadas, com quadras de esportes, escolas públicas aparelhadas com equipamentos de recreação e eventos programados, como música na praça, festas públicas. Por outro lado, os moradores se ressentem de opções de estudo e trabalho para os jovens e reclamam do envolvimento de muitos com drogas e alcoolismo, aspectos não detectados nos outros núcleos.

Apesar dos esforços concentrados para se evitar problemas ambientais, há residências precárias (favela) em implantação e muito próximas do centro urbano do distrito. A especulação com a terra, afirma um membro da ATUS, alimenta essa situação, conforme expressou o entrevistado: *“o habitante local, atraído pelos efeitos da valorização provocada pelo Turismo, vende a sua terra e tenta viver em São José, mas ele acaba voltando e cria essas favelas”*.

Os dados sócio-econômicos para o distrito são difíceis de serem encontrados, porque aparecem diluídos nas informações sobre todo o município de São José dos Campos. Portanto, não foi possível identificar a composição dos setores econômicos e da administração pública locais.

A apresentação das principais características da cada localidade, dentro dos pressupostos que norteiam este trabalho, permitiu a formação de um quadro geral acerca das questões envolvidas na problemática da sustentabilidade do Turismo na área em estudo. Esse panorama servirá para realizarmos parte as inferências acerca do tema na parte final da pesquisa.

3. O TRABALHO DE CAMPO E SEUS RESULTADOS.

“Se a fenomenologia foi um movimento antes de ser uma doutrina ou um sistema, isso não é nem acaso nem impostura. Ela é laboriosa como a obra de Balzac, de Proust, de Valéry ou de Cézanne – pelo mesmo gênero de atenção e de admiração, pela mesma exigência de consciência, pela mesma vontade de apreender o sentido do mundo ou da história em estado nascente. Ela se confunde, sob esse aspecto, com o esforço do pensamento moderno”.

(Merleau-Ponty)

Nesta seção do trabalho apresentam-se as principais características do método fenomenológico utilizado na análise das entrevistas com os organizadores e demais residentes das localidades pesquisadas. Ao mesmo tempo são apresentadas as justificativas do autor para adoção desta metodologia.

3.1 – A FENOMENOLOGIA NAS ANÁLISES.

A escolha da fenomenologia como método analítico neste trabalho, deve-se a duas ordens de fatores. Primeiramente, as abordagens sistêmicas,

predominante nos estudos do Turismo (Panosso, 2005), não satisfazem na apreensão de opiniões, sentimentos e percepções enfim de grupos, principalmente os muito heterogêneos. Na realidade social brasileira as disparidades entre as diferentes camadas da população são características marcantes, e nas pequenas cidades isso não deixa de se manifestar. Um segundo elemento determinante do uso preferencial do método fenomenológico foi a intenção de captar “a razão e a emoção” (Santos, 1997), presentes na organização dos espaços turísticos investigados e captados em quase quatrocentas entrevistas.

Marioli (2002) e Panosso Netto (2005), utilizaram a fenomenologia na interpretação dos sentimentos e das concepções de Turismo, depreendidas da análise de entrevistas com turistas em duas localidades brasileiras. O primeiro autor investigou as percepções dos visitantes no Parque Estadual da Cantareira, em São Paulo. O segundo o fez no Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná.

Na apresentação de seus trabalhos ambos os autores retomam Husserl e Merleau-Ponty para explicitarem as suas opções metodológicas e justificarem o uso dessa abordagem no estudo do Turismo. Sendo assim, neste trabalho será realizada somente uma síntese das colocações dos autores acima, para situar a opção feita aqui, evitando-se repetições desnecessárias na rotina acadêmica.

O fenômeno turístico é social, e sua investigação pela academia requer ainda a contribuição de outras disciplinas para o seu estudo. Isto ocorre em função do Turismo não constituir até o momento uma ciência (Panosso Netto, 2003), e sim um campo de estudo.

No esforço de reconstruir a trajetória do estudo do Turismo, para formar o que o autor denominou uma “teorografia” ou a ciência do deslocamento, Panosso Netto avalia as diferentes abordagens verificadas nas últimas décadas entre os estudiosos do fenômeno turístico.

O predomínio da visão sistêmica, verificado na produção acadêmica foi constatado quando se fez o levantamento dos escritores de Turismo conhecidos no Brasil. Entre 24 autores avaliados, Panosso Netto detectou que 16 usam a abordagem sistêmica, cinco a abordagem econômica e três estudiosos apenas apresentam outras visões. Duas entre as mais inovadoras abordagens referem-se aos trabalhos de Moesch (2002) e Ouriques (2005).

A primeira utiliza o materialismo dialético como paradigma, avaliando, com o emprego das categorias analíticas, a criação e desenvolvimento dos parques temáticos Disney. A segunda obra citada emprega categorias do marxismo para situar o Turismo enquanto produto da lógica do mercado na sociedade capitalista pós-moderna.

O mérito da abordagem sistêmica reside na explicação do turismo a partir de uma visão holística (Beni, 2001), com foco no sujeito do turismo, o turista, e buscando as interrelações entre os diferentes componentes do fenômeno e de seu ambiente. Porém esse paradigma não estabelece maior profundidade no tratamento da subjetividade que está implícita nas relações entre os sujeitos que fazem o acontecer do Turismo.

A fenomenologia é um enfoque qualitativo de pesquisa, situado entre os paradigmas do construtivismo social cujas características são “*uma ontologia relativista, uma epistemologia subjetivista e uma metodologia hermenêutico-*

dialética” (Dencker, 2002:101). Porém, não estabelece categoria apriorística para análise, como o fazem os dois autores acima citados.

Segundo um de seus maiores seguidores, Maurice Merleau-Ponty, o relativismo do método fenomenológico se expressa na concepção de que o próprio método não se estabelece “a priori”. A forma de abordagem faz parte do processo de captação dos significados do real, segundo as diversas possibilidades da experiência humana. Esta, por sua vez, se manifesta através dos sentidos e da experiência. Dessa maneira, pode-se recorrer a uma determinada forma de interpretação de acordo com a especificidade do objeto analisado, ou seja, relativa à natureza daquilo que está sendo captado e sob determinadas circunstâncias (Chauí, 1989).

Costa (2001) ao descrever as características da pesquisa qualitativa informa que esta pode seguir três perspectivas metodológicas:

- a) A Etnografia,
- b) A Etnometodologia e
- c) A Fenomenologia.

Esta última “*busca entender o comportamento humano do ponto de vista dos próprios atores sociais; busca a essência dos fenômenos e procura captar como eles são vivenciados pelas pessoas*” (Costa, 2001:40-41).

Buscando interpretar a essência dos sentimentos, das emoções vivenciadas por habitantes das três localidades estudadas, optou-se pela fenomenologia como método de análise neste trabalho. Contudo, a amostra dos residentes não relacionados à promoção do Turismo seguiu critérios estatísticos, para ser representativa do conjunto. Assim, esta pesquisa é quali-quantitativa, com

predomínio da primeira, pois mesmo nos formulários respondidos pelos moradores as duas questões centrais foram abertas, permitindo inferências na abordagem fenomenológica (vide anexo 05).

A amostra dos segmentos envolvidos diretamente nas atividades turísticas inclui entrevistas com os membros das Secretarias Municipais de Turismo e dos Conselhos Municipais de Turismo nas três localidades, considerados assim os organizadores locais. Apenas em São Francisco Xavier foi incluída uma entrevista a mais, com uma associação local fundamental para se compreender o Turismo no local, conforme explicado no capítulo 2.

3.2 - AS ENTREVISTAS COM OS ORGANIZADORES DO TURISMO

O quadro a seguir representa um esforço de comparar as atitudes dos entrevistados face ao desenvolvimento turísticos em suas respectivas localidades, nas quais eles são protagonistas no momento. Buscou-se captar essas impressões e opiniões ao final da pesquisa exatamente com a intenção de registrar a atualidade mais direta possível dos fatos narrados.

Realizadas nos meses de maio a julho último, as sete entrevistas envolveram todos os principais agentes do planejamento e gerenciamento do Turismo nas destinações: secretarias e conselhos municipais de turismo.

Importante destacar que todas as localidades dispõem de ambas as entidades, o que vai de encontro ao esforço nacional, sintetizado na criação do MINTUR há três anos, de dar ao Turismo mais visibilidade e formato institucional.

	XAVIER	PINHAL	SAPUCAÍ
SETUR – Secretário (a)	Sra. Maria Rita Andrade	Sra. Cristina Prestes	Sra. Petrolina Ambrogio de Oliveira
Formação	Turismóloga	Publicidade/ ed. física	Artista plástica
Criação da pasta de Turismo	Dez/2005		
Ações	-Auxílio às pousadas -Campanha Educativa para os turistas -Estudo de capacidade de carga na Cachoeira Pedro David	- projeto de marketing para a cidade - guia do Turismo rural e de aventura - parcerias com o SEBRAE e SENAR para cursos de capacitação	-Integrar a Rota dos Escravos, o Circuito da Mantiqueira e do Caminho da Fé -Projeto de criação de “vouchers”, que possibilitem o acesso á guias e equipamentos adequados
Problemas	-Controlar fluxo de turistas - Divulgação -Grande parte de sua área é de preservação permanente	-Não tem como crescer -Falta de mão-de-obra qualificada -Grande parte de sua área é de preservação permanente	-Falta de mão-de-obra qualificada -Especulação imobiliária -Controle de capacidade de carga -Grande parte de sua área é de preservação permanente
COMTUR	Sra. Carmem	Sr. Luigi	Sra. Sandra Abel
	Letras	Empresário (moveleiro)	Assistente social
Criação	1998		1998
Ações	- planejadas com a Secretaria de Eventos. - divulgação da cartilha para conscientização de hóspedes - cursos de capacitação da mão de obra com o SEBRAE	-Campanha de valorização do turista pelo nativo -Oferecer preços mais acessíveis que Campos de Jordão -Projeto de valorização dos pontos turísticos -Tentativa de criação de cooperativa para a produção de artesanato	- cursos de capacitação em Turismo rural - revisão do inventário turístico pelo SEBRAE - vincular a Pedra do Baú ao patrimônio da cidade
Problemas	Não mencionados	-Pouca representatividade do Conselho dentro da população -Turismo recente -Falta de mão-de-obra qualificada -Especulação imobiliária -Cachoeira do Lajeado	-Continuidade de ações entre mandatos dos prefeitos -Falta de registros das ações do mesmo

		está poluída	
POUSADAS	22	45	25

Tabela 2: Percepções dos organizadores turísticos locais

ATUS	Ong – Membro Comtur	Criação – 07/2003.
Nivaldo Lopes Silva	Administrador / Químico	
Diretoria – donos de pousadas e restaurantes.	Conselho – formado por pessoas de fora.	Objetivo – Cumpre papel de Associação Comercial
Ações – Festival Gastronômico; Mostra de Arte e Cultura; Festa Julina.	Dificuldade – Sensibilizar os comerciantes.	

Tabela 3: Visão do Turismo pela diretoria da Associação do Turismo Sustentado de São Francisco Xavier

A prefeitura de São José dos Campos, a de maiores recursos econômicos entre as três analisadas, é a única que não possui uma secretaria própria, estando o turismo inserido numa pasta de Eventos. Há uma diretoria de Turismo. Isso ocorre, provavelmente, em virtude do próprio caráter industrial e tecnológico da economia da cidade, na qual a potencialidade de exploração dos recursos turísticos do distrito de Xavier não adquire importância dentro do contexto global. “O turismo nunca foi bem administrado em São José, até o momento”, afirmou a assessora da diretoria de Turismo, revelando o descaso, até da administração atual, em relação ao tema.

A maioria dos entrevistados possui formação acadêmica (seis entre os sete), embora apenas um deles com formação superior em Turismo. O perfil, em termos de carreiras, é muito variado, incluindo até um químico. Nas pequenas localidades, “tudo é a política”, referiu-se a secretaria de turismo de Sapucaí, revelando talvez que as conveniências partidárias sejam mais determinantes na escolha dos cargos, em relação à qualificação profissional na área de atuação.

Os entrevistados revelam grande conhecimento sobre vários aspectos de suas respectivas localidades, denotando envolvimento com a vida do lugar. Expressam ainda profundo sentimento pelos aspectos locais. Alguns entre os organizadores nasceram fora, incluindo um deles vindo da Itália, e ficaram no lugar após viagens de férias porque “se apaixonaram” pela paisagem, no dizer dos presidentes do COMTUR em Pinhal e em Sapucaí.

Os projetos apresentados são de pequena envergadura, e em geral estão destinados a promover estruturas de recepção. Não há preocupação expressa com o lazer dos habitantes, por exemplo, revelando assim a dicotomia, nas mentalidades dominantes, entre o lazer e o turismo, ignorando-se que este é uma categoria daquele. Mesmo projetos necessários, urgentes do ponto de vista do planejamento turístico sustentável, como o controle dos fluxos de turistas (capacidade de carga) e a pesquisa com a demanda, são ignorados por praticamente todos entrevistados. Em apenas um atrativo, numa cachoeira em Xavier, está havendo estudo sobre controle de fluxos.

Aliás, nenhuma das localidades mantém pesquisa de demanda. Os donos de pousadas, contudo, conhecem a origem de seus hóspedes e acreditam que a maior parte venha para Campos do Jordão e utilizam suas cidades como “dormitório”.

Dois entrevistados, a presidente do COMTUR em Sapucaí e da SETUR em Xavier, demonstraram domínio de conceitos relacionados ao Turismo receptivo. A primeira afirmava que “não sou formada em Turismo, mas já realizei vários cursos”, e discorria sobre temas como Turismo rural, capacitação profissional dos operadores e outros. Os demais membros referiam-se muito aos aspectos

relacionados apenas à pousadas, o segmento mais importante do “trade” nas três localidades.

Em resumo, esses representantes locais são articulados, íntimos da situação dos lugares e orgulhosos de suas posições. Tais aspectos constituem os elementos positivos do perfil geral dos organizadores locais. Contudo, falta-lhes, do que se denota na análise dos discursos, uma maior clareza sobre as especificidades do Lazer em geral e do Turismo em particular, bem como do papel dos moradores nas políticas de organização do Turismo.

3.3 - A PERCEPÇÃO DO AMBIENTE PELOS RESIDENTES.

A população residente somada nos três núcleos é pouco mais de 20 mil habitantes (IBGE,2003). Para uma amostra estatisticamente relevante, foram necessários mais de 300 formulários, distribuídos entre as localidades conforme o gráfico a seguir, no período predominante de junho e uma pequena parcela em julho deste ano. A amostra foi calculada com base em Levin (1987) e Tiboni (2003). Os avaliadores foram treinados, na abordagem para explicitar os motivos da pesquisa e assegurar o sigilo das informações. Não houve problemas na realização desta parte da pesquisa, pois a grande maioria das pessoas abordadas sentiu-se disposta a não apenas responder o formulário, mas conversar informalmente com os avaliadores. Estes, por sua vez, estavam instruídos a interagir com o entrevistado, estendendo a conversação, se a pessoa abordada assim o desejasse. Tal atitude é parte importante no processo de apreensão da realidade, de acordo com os princípios da fenomenologia.

Vale lembrar que foi evitada a realização de entrevistas nos dias chuvosos ou nublados porque, nesta época do ano, as temperaturas são muito baixas na área e o desconforto térmico poderia inibir tanto entrevistadores quanto entrevistados.

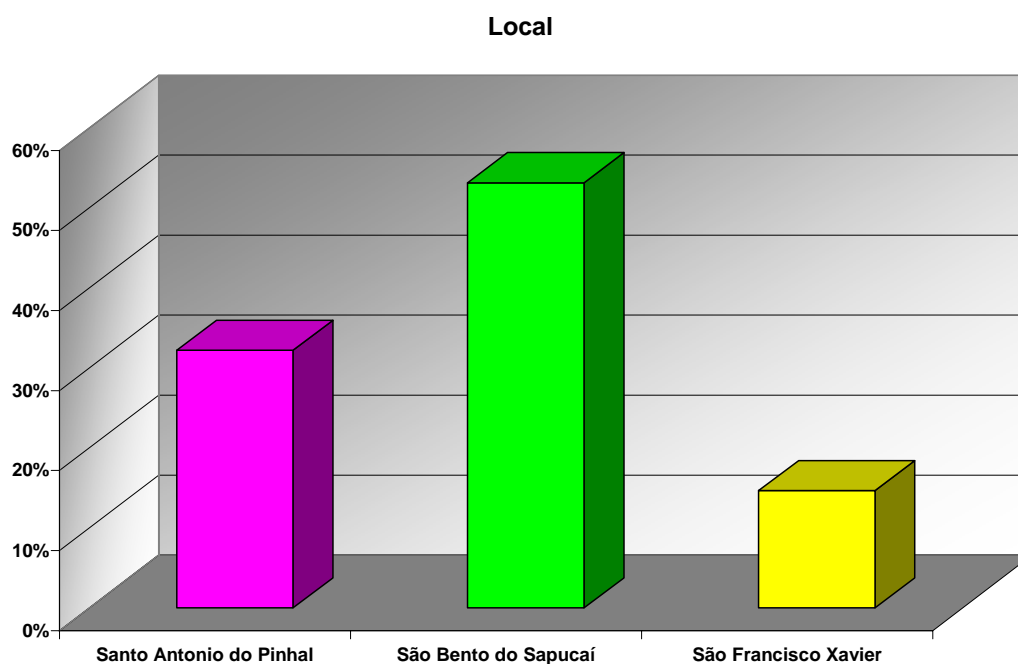


Gráfico 1: Distribuição dos residentes segundo a localidade

Os moradores de São Bento apresentam mais da metade dos entrevistados porque a população total do município, de mais de 10 mil habitantes, é muito superior em relação às três localidades, o que determinou a distribuição da pesquisa de campo nesta etapa.

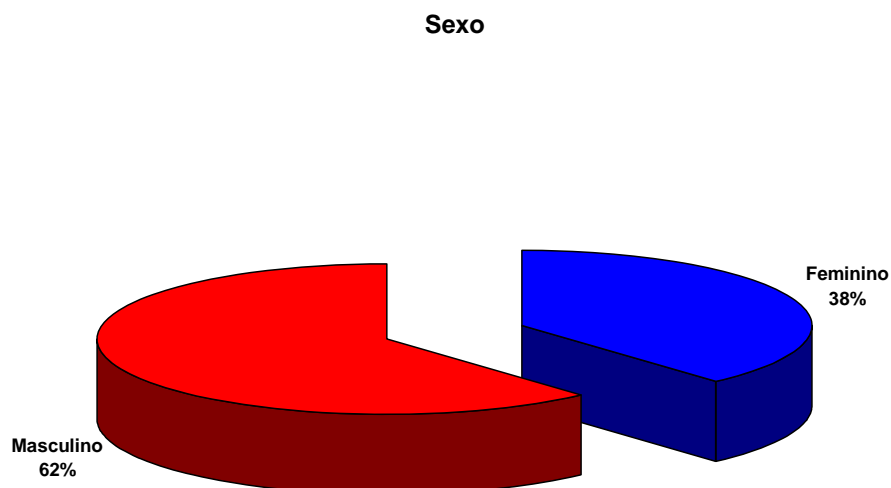


Gráfico 2: distribuição dos residentes entrevistados segundo o gênero

Quase o dobro de homens, em relação ao gênero oposto, respondeu aos pesquisadores. Cabe ressaltar que os questionários foram aplicados em dias da semana, e em momentos diversos. Note-se que, mesmo em cidades pacatas, com segurança relativa e dias ensolarados, encontravam-se menos mulheres nas ruas.

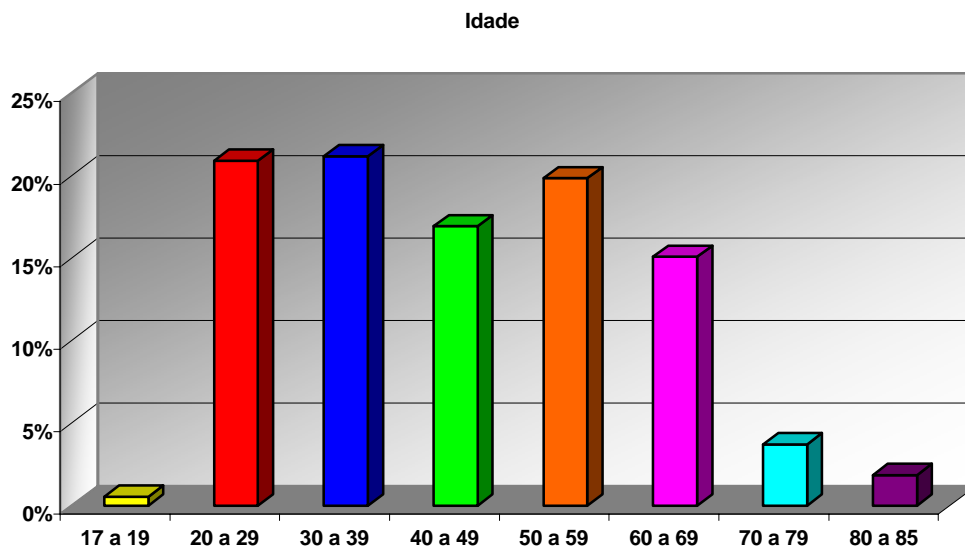


Gráfico 3: Idade dos residentes

Foram considerados apenas moradores com idade em torno dos 20 anos, e entre eles a maior parte se encontra na faixa de 20 a 39 anos. Esse aspecto beneficiou a pesquisa, pois contou com a memória dos acontecimentos vividos nos últimos dez anos, considerado como o período de maior evolução do turismo.

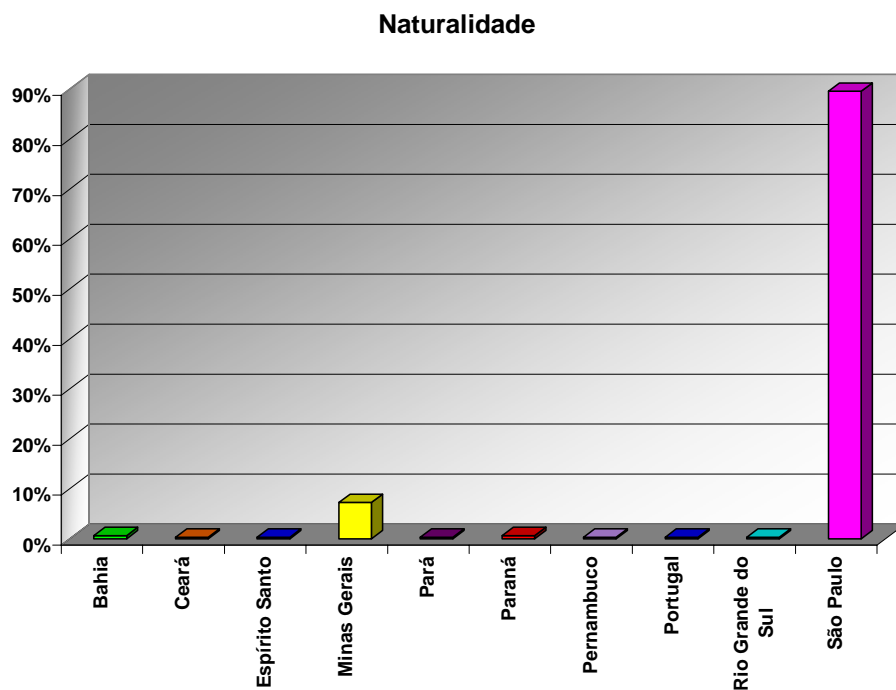


Gráfico 4: Naturalidade

A imensa maioria dos entrevistados é natural da própria localidade. Uma pequena parcela é proveniente do entorno e muitos poucos de outros estados, principalmente do vizinho, Minas Gerais. Significa que grande parte da população se fixa e o número de forasteiros não é representativo.

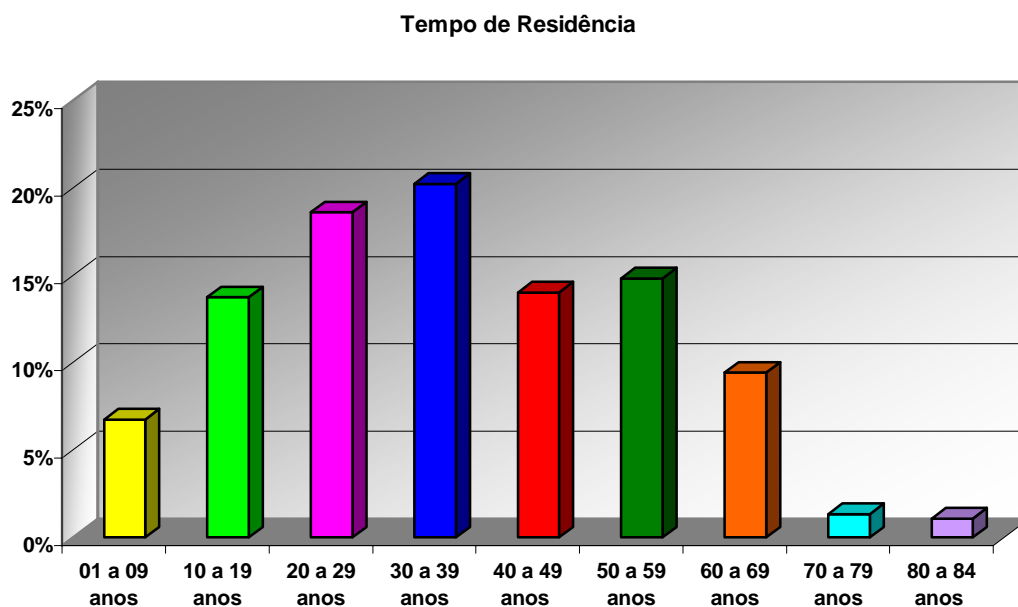


Gráfico 5: Tempo de Residência

O fato da maioria da população ser natural de própria área, é confirmado pelo tempo de moradia que corresponde aproximadamente à idade dos entrevistados.

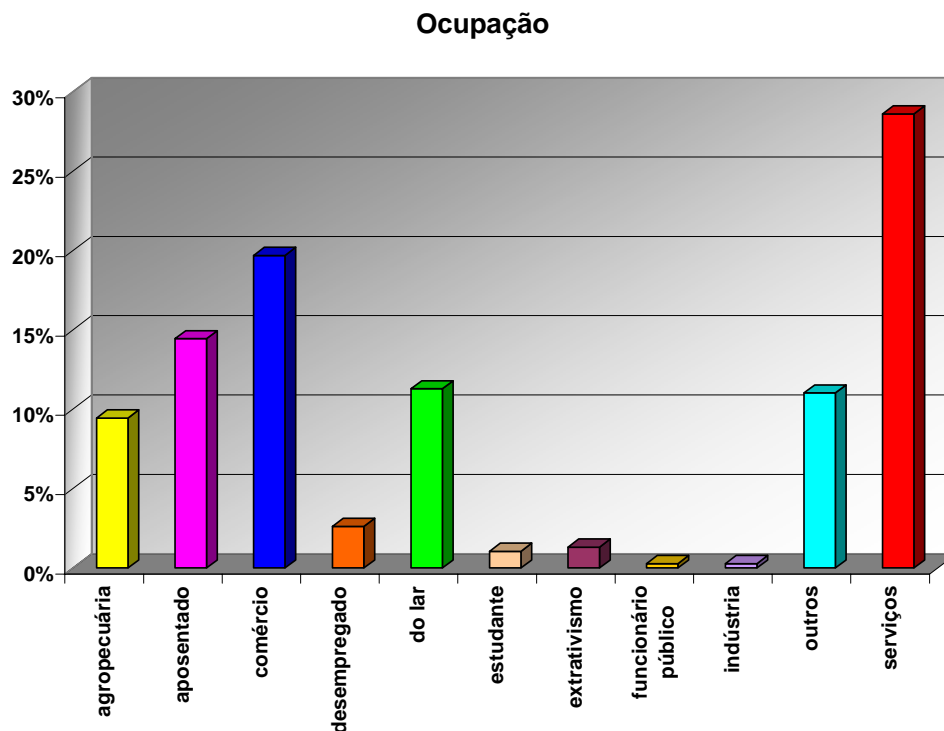
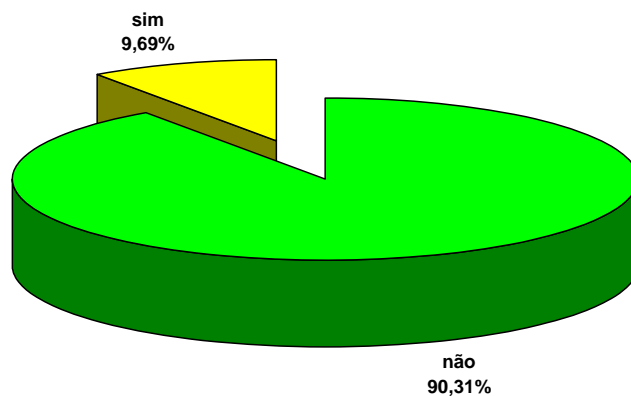


Gráfico 6: Tipo de ocupação dos residentes.

O setor terciário, de comércio e de serviços, no qual se enquadra a atividade turística, é o principal, denotando a importância da atividade na área estudada. Ao mesmo tempo em que a atividade industrial mostra-se irrelevante. Há também um número importante de aposentados, maior do que os ocupados nas atividades agropastoris.

Pertence a uma Ong/Associação**Gráfico 7: Pertencimento do morador a organizações.**

A esmagadora maioria respondeu não ser membro de nenhuma ONG ou outro tipo de associativismo. A mobilização popular, requisito para o planejamento sustentável, como sugere Beni (2006:70), parece estar distante da realidade dos habitantes das três localidades.

Reuniões sobre projetos

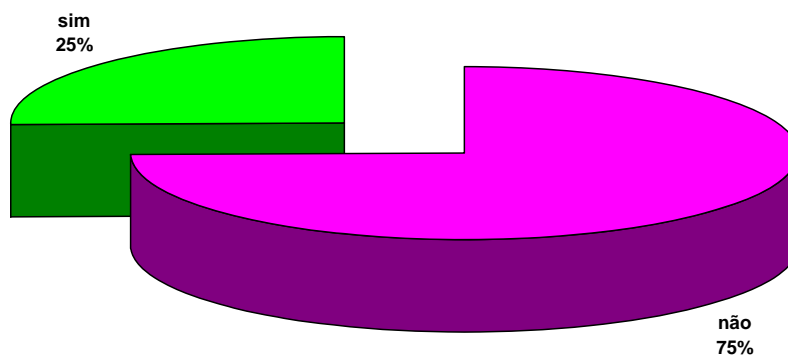


Gráfico 8: Participação da população em projetos para a cidade.

25% dos entrevistados afirmou participar de reuniões para discussão de projetos para a cidade. Esse resultado pode indicar o maior envolvimento com a área.

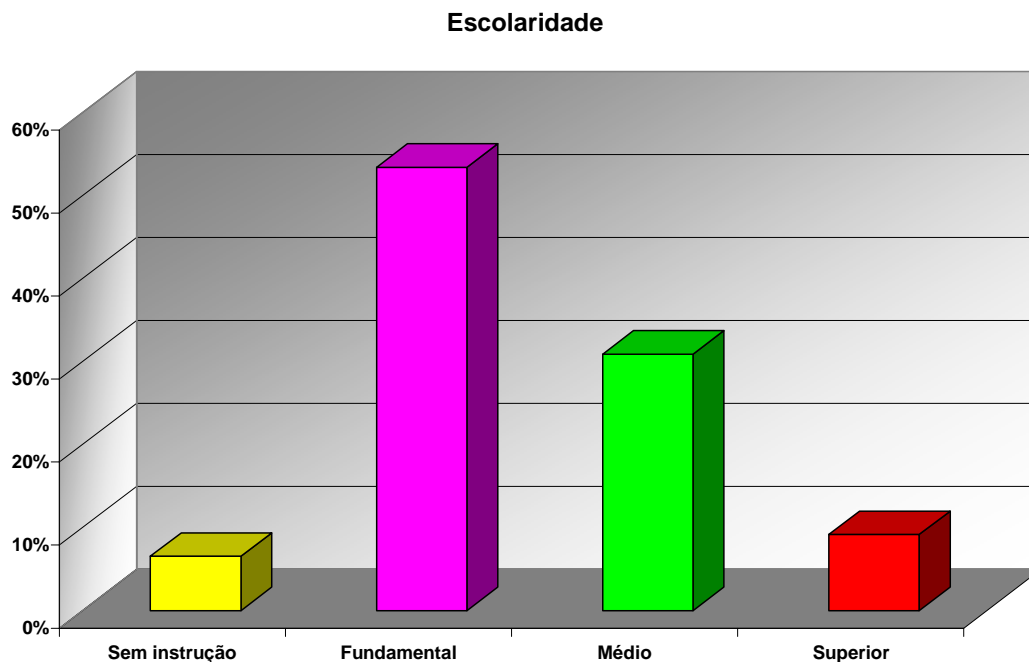


Gráfico 9: Nível de escolaridade dos residentes

A escolaridade dos moradores está na média da nacional, com expressivo predomínio do ensino fundamental. O número de jovens e adultos (apenas pessoas com mais de 20 anos de idade foram selecionadas) sem instrução é também abaixo da média do país. Isso provavelmente explique em parte o desprendimento como os moradores se habilitavam a responder, e tudo era muito bem encaminhado, não havendo dificuldades relevantes no entendimento das questões.

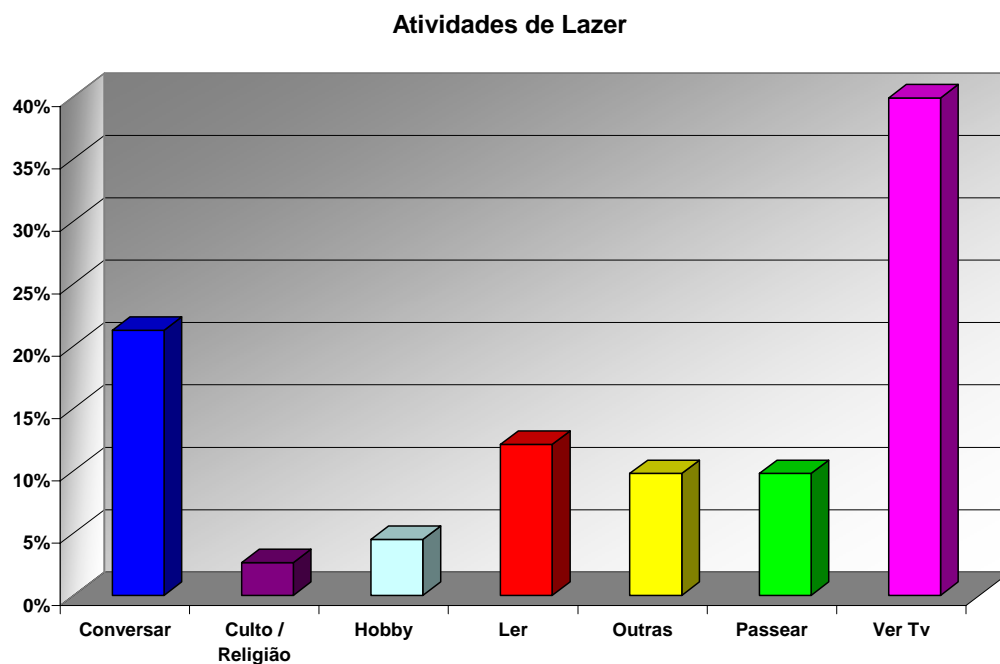


Gráfico 10: As formas de lazer dos residentes.

É expressiva a presença da TV como catalisador dos momentos de entretenimento. As relações sociais também são significativas, na soma entre conversas e passeios. A religiosidade, por sua vez, se manifesta como a menor das atividades de horas vagas. Importante notar a ausência do item esporte entre as práticas de lazer.

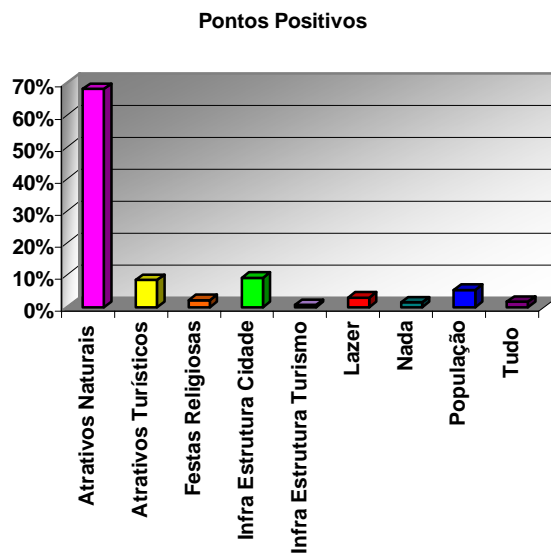


Gráfico 11: pontos positivos das localidades notados pelos residentes

Os atrativos naturais representam a maior parte das respostas, sendo o fator que atrai o turista.

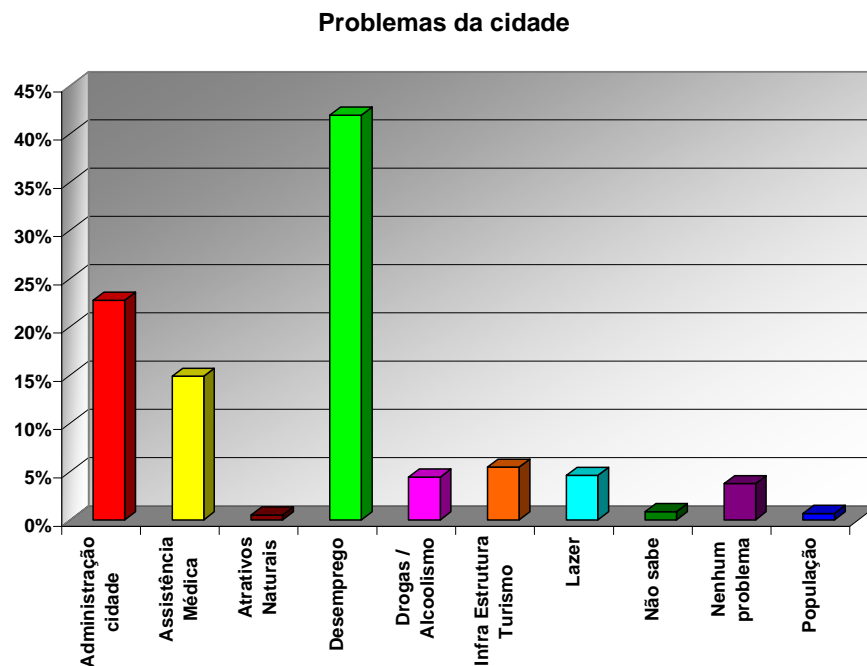
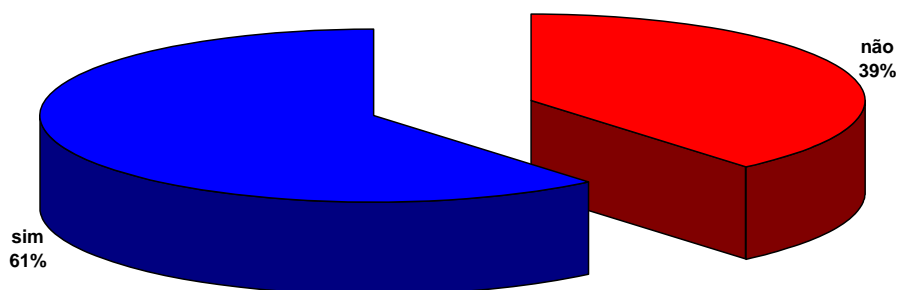


Gráfico 12: Visão sobre os problemas locais

A falta de emprego é o item de destaque, principalmente entre os jovens em Xavier e São Bento, onde essa resposta mostrou-se mais recorrente. A administração da cidade vem a seguir. Reclamações quanto à área de saúde, como falta de hospitais, também são significativas. Cabe destacar em Xavier os problemas referentes a alcoolismo e consumo de outras drogas.

Visita os atrativos**Gráfico 13: Visitação aos atrativos locais**

Embora a maioria dos pesquisados visite as atrações de suas localidades, 39% não o fazem. Citam as atrações principais, contudo, a taxa de visitação não expressa ao índice de referência aos lugares. Significaria um apreço pelos atrativos, mais que a visitação em si.

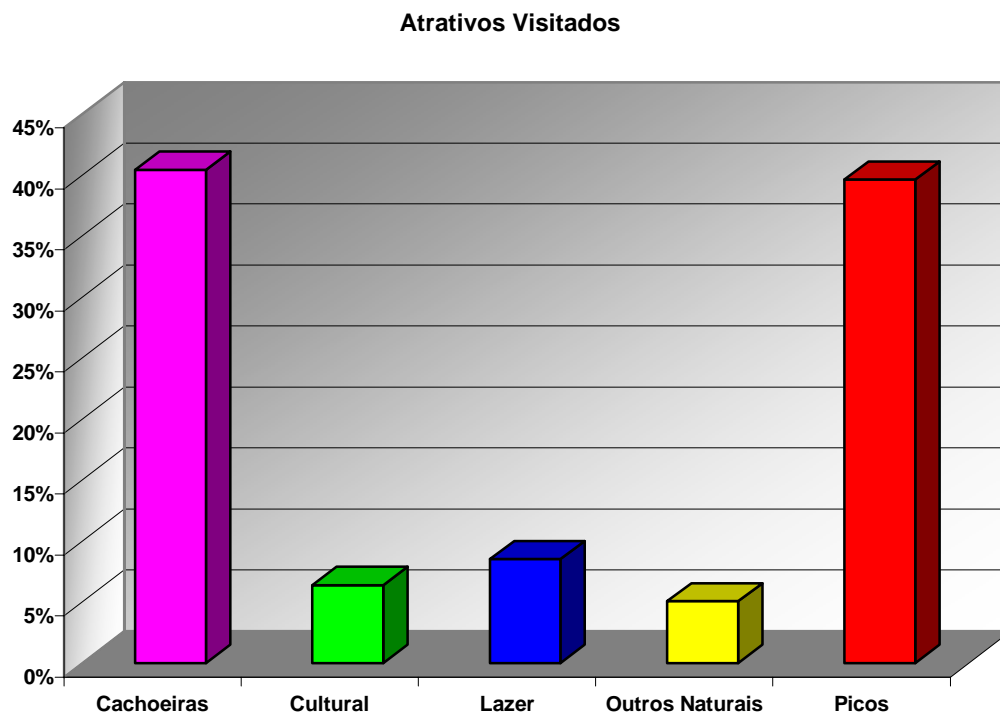
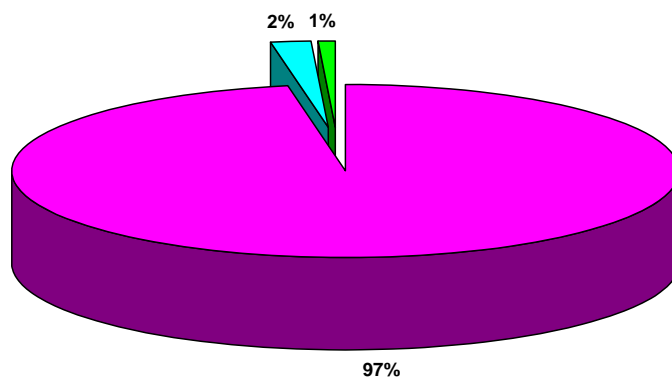


Gráfico 14: Visitação dos residentes aos atrativos locais

Os recursos naturais para o Turismo são de longe o grande atrativo das áreas serranas, principalmente os relacionados a quedas d'água e visões panorâmicas. Note-se que em cada localidade as cachoeiras e as maiores elevações coincidem com as mais citadas atrações visitadas. Importante notar que os moradores freqüentam os mesmos ambientes preferidos pelos turistas, não havendo, portanto, segregação entre os dois públicos. A natureza local é assim um atributo valioso ao para os moradores.

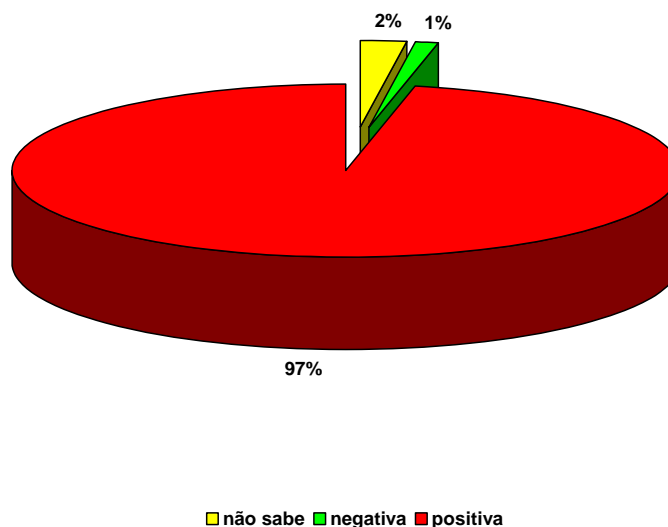
Percebe-se ainda que os recursos da cultura ganham pouca expressividade no total.

Visão sobre o turismo

■ benéfica ■ não tem opinião ■ negativa

Gráfico 15: Impressão do residente quanto ao Turismo

De maneira similar às respostas da questão anterior, o fenômeno, em expansão nos três núcleos pesquisados, causa ótima avaliação por parte dos habitantes. Em São Bento esta situação é muito clara, porque muitos entrevistados esperam da atividade turística a criação dos empregos escassos na cidade.

Visão sobre o turista**Gráfico 16: como o morador percebe o turista**

É expressiva a avaliação positiva dos residentes em relação aos visitantes. Nesta fase atual de expansão do Turismo local, quando há oportunidades para todos e possibilidades de criação de emprego e renda, conforme já analisaram diversos autores, como Butler (apud Barretto 2005), os locais tendem a encarar os visitantes de maneira salutar. Este momento, ainda segundo aquele autor, seria a fase de desenvolvimento turístico da localidade, quando as expectativas dos habitantes são elevadas em relação à nova atividade. Em São Bento esta situação ficou muito clara, porque muitos esperam que o Turismo venha a oferecer os empregos tão necessários aos trabalhadores locais.

4. O CARÁTER DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM CURSO NAS LOCALIDADES.

Este capítulo situa as estratégias utilizadas pelos organizadores do Turismo nas localidades do estudo, no contexto das atuais tendências do planejamento, destacando os vínculos com a atual Política Nacional de Turismo.

Após décadas de crescimento praticamente espontâneo do Turismo, assiste-se atualmente a uma forte propensão das destinações em controlar a expansão das atividades receptivas, a partir da execução de planos de desenvolvimento.

Essa tendência relaciona-se ao significado das estratégias de planejamento econômico surgidas desde o final do século passado em várias partes do mundo. Cruz (2001) e Barreto (2005) situam o início do planejamento macroeconômico no Japão, a partir de 1860 (Restauração Meiji) quando o governo daquele país passa a conduzir as estratégias nacionais, objetivando o rápido crescimento econômico.

A Revolução Russa foi outro momento importante na sedimentação das práticas de planejamento macroeconômico, porque o estatismo bolchevique usou desse recurso para obter o controle total sobre os recursos da sociedade soviética, com resultados também significativos em termos de crescimento e modernização econômicos, como é de conhecimento de todos.

O relativo sucesso dessas duas nações e os problemas causados pela crise do capitalismo mundial de 1929, representada pela falência generalizada das corporações e a conseqüente queda da bolsa de valores de Nova York, levou os governos nos países industriais ocidentais a passarem gradualmente do liberalismo do tipo *laissez faire* para o gerencial. Essa mudança, cujo New Deal de

Roosevelt foi o marco inicial, incluiu as estratégias de planificação econômica que até os dias atuais são utilizadas na maioria dos países.

Em relação ao Turismo, a França foi o primeiro país a criar um ministério próprio para o assunto e a utilizar o planejamento macro-regional, o Plano Languedoc-Roussillon, e os planos quadrienais, existentes até hoje (Barreto, 2005:14) para disciplinar o uso do espaço em áreas receptoras.

Esse pioneirismo francês foi em parte responsável por garantir ao país a posição de liderança no turismo receptivo mundial.

Cerca de duas décadas depois no Brasil, durante o regime militar iniciado em 1964, o planejamento do Turismo começara a ser assunto de políticas federais, com a criação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, correspondendo à visão economicista dominante sobre a atividade.

Naquele período foi criado ainda o primeiro Plano Nacional de Turismo pelo governo federal, com diversas diretrizes para regulação da atividade, apoio a investimentos privados e criação de infra-estrutura em localidades específicas (Cruz, 2000).

Desde então o Turismo vem recebendo cada vez mais atenção dos sucessivos governos federais, tanto por causa da dimensão da atividade, graças à expansão das classes médias no país nas últimas décadas, quanto por tratar-se de uma saída para a crise de desemprego em outros setores da economia.

Essa postura quanto aos benefícios do Turismo deve ser desmistificada, porque “embora o turismo, de fato, precise de muita mão de obra e constitua a

maior fonte de emprego na atualidade, o padrão dista de ser o mesmo de 30 anos atrás” (Barrento, 2005:93).

O atual governo federal criou em sua posse, em janeiro de 2003, o Ministério do Turismo (MINTUR), expressando o sentimento do mercado e da academia acerca da crescente importância da atividade. Imediatamente lançou-se O Plano Nacional de Turismo (PNT), com dez princípios (MINTUR, 2003) entre os quais destacam-se, no contexto deste trabalho:

1. regionalização
2. valorização da sociedade
3. gestão descentralizada

A primeira recomendação implica num esforço de se formar conjuntos regionais de localidades com características comuns quanto à oferta turística, em cada estado da federação. Dessa forma, o governo paulista, após coletar informações provenientes do inventário fornecido por cada município, estabeleceu diversos, circuitos turísticos, entre eles o “Circuito Mantiqueira”, formado originalmente pelas localidades pesquisadas neste trabalho, e mais quatro municípios: Piquete, Pindamonhangaba, Campos do Jordão e Monteiro Lobato.

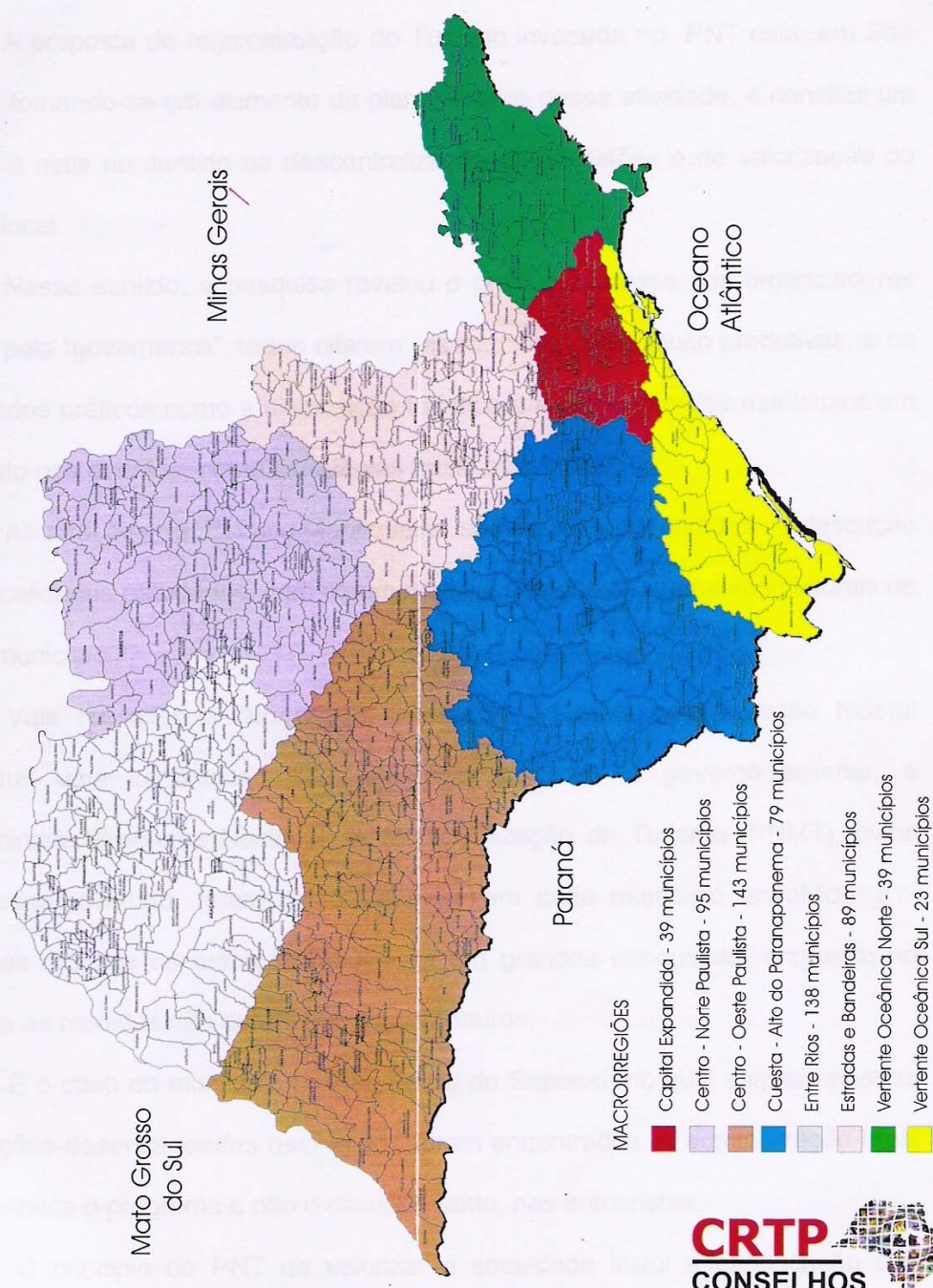
Reunidos para organizar e divulgar seus atrativos em conjunto, esses sete municípios passaram a constituir a chamada “governança regional”, com os secretários municipais e conselheiros dos COMTUR locais, realizando encontros periódicos para a definição de estratégias comuns, objetivando a melhoria das condições de visitação.

O Decreto estadual número 50600 de 27 de março deste ano instituiu oficialmente esses conselhos regionais do turismo paulista “*órgão público, de*

caráter consultivo e deliberativo, que tem a finalidade de organizar e promover o desenvolvimento da atividade turística regional. O Conselho deve universalizar as bases do turismo regional, otimizar as relações entre seus membros e aglutinar os Conselhos Municipais na discussão das políticas regionais” (Folheto da SETUR-SP).

Para complementar esse esforço de regionalização, a SETUR-SP estabeleceu a chamada “Vertente Oceânica Norte”, que engloba os municípios do litoral norte, do vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira, formando uma das oito macrorregiões turísticas nas quais o estado foi dividido, conforme mapa a seguir.

JORNADAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PAULISTA



C RTP
CONSELHOS

Figura 9: Mapa das macrorregiões turísticas do estado de São Paulo
Fonte: Secretaria de Turismo do estado (2006)

A proposta de regionalização do Turismo invocada no PNT está, em São Paulo, tornando-se um elemento de planejamento dessa atividade, e constitui um passo a mais no sentido da descentralização das decisões e de valorização do poder local.

Nesse sentido, a pesquisa revelou o grande interesse dos organizadores locais pela "governança", todos citaram as reuniões como muito produtivas, e os resultados práticos como a sinalização turística e a promoção dos municípios em conjunto nos eventos, como estratégias muito bemvindas.

As atrações do "Circuito Mantiqueira" são aquelas observadas na descrição das localidades estudadas, com algumas variações como os atrativos culturais de cada município.

Vale ressaltar o fato dessa orientação da atual administração federal constituir uma continuidade da estratégia lançada no governo anterior, e denominada Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujos resultados, contudo, foram muito variáveis em cada município envolvido. Em algumas cidades os esforços resultaram em grandes conquistas, enquanto na maioria as medidas não deram efeitos duradouros.

É o caso do município de São Bento do Sapucaí, no qual sequer registros das ações desencadeadas pelo PNMT foram encontrados. A administração atual desconhece o programa e não o citou, portanto, nas entrevistas.

O princípio do PNT de valorizar a sociedade inclui a capacitação dos habitantes nas destinações para as tarefas no Turismo, o resgate das tradições locais e a promoção de novas atrações baseadas na cultura.

Há várias intenções nessas medidas, relacionadas ao reforço da identidade cultural e da auto-estima da população, elementos necessários para o aprimoramento da hospitalidade nas áreas receptoras, bem como para a elevação de seus padrões de vida.

A pesquisa mostrou haver algumas poucas ações de capacitação, vinculadas ao Turismo rural em São Bento e a recepção em pousadas de Pinhal. Por outro lado, uma das reclamações da população em São Bento e em São Francisco Xavier recai exatamente na questão do emprego e da formação da mão de obra. De outra parte, os organizadores do turismo também reclamam da falta de trabalhadores com formação para as tarefas de atendimento.

Em relação ao resgate das tradições locais, foram verificadas maiores ações nas cidades, como o artesanato e a música do bairro do Quilombo (antigo reduto de escravos fugidos na região) em São Bento, as apresentações de música regional em São Francisco Xavier e de gastronomia em Pinhal.

Essa valorização da cultura regional pode estar assentada na necessidade de oferecer ao turista maiores opções de atrativos, porque os tradicionalmente valorizados (tranquilidade do ambiente e aspectos naturais) podem não ser suficientes para fixar a demanda, que em geral procura Campos do Jordão para entretenimento.

Em relação ao estímulo da gestão descentralizada do Turismo, os órgãos municipais têm sido beneficiados por alocações de recursos repassados do DADE, para aperfeiçoamento das infra-estruturas receptoras. Assim, as secretarias enviam projetos e aquele órgão da SETUR-SP avalia-os, mandando as verbas diretamente aos municípios. Os representantes das três localidades

referiram-se a repasses feitos pelo DADE, mas em São Bento houve uma queixa quanto ao corte de verbas para obras, diminuindo os recursos acertados anteriormente.

Outra ação descentralizada é a atuação dos COMTUR. A existência desses órgãos nas três destinações reforça a prática da discussão dos assuntos e da tomada de decisões coletivas.

Contudo, uma queixa recorrente entre os entrevistados foi a da baixa participação dos envolvidos com os negócios receptivos nas reuniões. Em S. Francisco Xavier, um diretor da ATUS, dono de pousada, relatou que em uma reunião para divulgar a nova cartilha elaborada pela diretoria de turismo e SEBRAE, para educar o comportamento dos hóspedes, apenas 4 entre 22 donos daquele tipo de hospedagem compareceram.

O Plano Nacional de Turismo apóia-se nas abordagens do planejamento participativo e do transacional, cujos princípios estão ligados à autonomia da localidade receptora *“que decide como e em que condições quer desenvolver o turismo”* (Barrento, 2005:22). Porém, essas propostas estão condicionadas aos aspectos sociais locais, como o nível educacional e a articulação do poder político.

Beni (2006) denomina essa estratégia como desenvolvimento endógeno e explica haver necessidade do “empoderamento” da população receptora, com a gestão participativa do Turismo. Tais aspectos levariam ao modelo de gestão territorial participativa que poderia contribuir para o combate à exclusão social e evitar que os empresários locais possam *“dominar o processo de participação”* (Beni, 2006:60).

Nas localidades estudadas, o baixo nível educacional e de participação da população em discussões públicas ou como membros de ONGs, aspectos detectados nas respostas aos formulários, inviabilizam no momento as propostas expostas acima.

A sustentabilidade, dessa forma, fica comprometida, pois inexistem mecanismos nas localidades que permitam maior envolvimento dos residentes nas decisões sobre o Turismo. Ao mesmo tempo os grupos políticos e os empresários locais formam a maioria nas instâncias decisórias.

Esses aspectos foram avaliados em outra localidade serrana brasileira, no Espírito Santo, por Mendonça (2006:178-202), ao verificar em seu estudo que as mudanças provocadas com a expansão turística não são totalmente ou adequadamente assimiladas, principalmente pelos residentes menos mobilizados. Como ocorre, de acordo com os dados da pesquisa, nas destinações estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUIA DE CONCLUSÃO.

O estudo ora em apresentação permitiu averiguar as formas de evolução do turismo receptivo numa importante área da Serra da Mantiqueira paulista, correspondente ao entorno da principal destinação serrana do Brasil.

A coleta de dados acerca das atividades econômicas desenvolvidas, mostrando a gradual substituição, nas últimas décadas, das atividades agropastoris pelas do setor terciário, evidencia a transformação do espaço em função da expansão turística.

Este crescimento, por sua vez, acha-se influenciado por Campos do Jordão, cidade cuja expressividade do Turismo desencadeou, no seu entorno, a instalação de equipamentos, notadamente de hospedagem e restauração, para atender turistas que de certa forma fogem dos congestionamentos e preços altos na temporada de inverno naquela cidade.

A nova demanda de turistas em busca de paisagens rurais e naturais, gerou a expansão dos segmentos de turismo de esportes, aventura e contemplação, aproveitando os vastos recursos naturais relativamente preservados e as características do meio rural revalorizado na contemporaneidade. Dessa forma, fazendas estão sendo atrativos, pousadas estão em profusão pelo espaço rural, e a paisagem lentamente se altera.

Questionados, os moradores em geral interpretam o crescimento do Turismo como algo benéfico, e se relacionam de maneira amistosa com os turistas. Os organizadores locais do turismo, envolvidos em atividades comunitárias, como membros dos conselhos de turismo ou enquanto

representantes do poder público municipal, demonstram grande interesse pela representação que se encontram responsáveis, recebendo com boa vontade e disposição o pesquisador e sua equipe.

O crescimento da atividade turística no entorno de Campos do Jordão revela, por outro lado, alguns problemas quanto ao dimensionamento da atividade e seus efeitos sobre a organização do espaço.

Ao mesmo tempo em que demonstram preocupação em copiar o estilo agitado de Campos do Jordão, não se verifica mecanismos concretos de controle dos fluxos de visitantes. A rápida expansão do equipamento receptivo na última década é notada como um ponto muito positivo e não há, no discurso dos organizadores, tentativas de restringir esse crescimento, nem discipliná-lo. Um dos entrevistados, membro do conselho de turismo, sugeriu que “o próprio mercado deve realizar, com o tempo, esse controle”.

As ações para organização do turismo são pontuais e restringe-se, por ora, a oferecer mais conforto aos visitantes, sobretudo em relação aos meios de hospedagem, já que as pousadas constituem o grande negócio nessas localidades, atualmente.

De parte dos moradores não envolvidos diretamente com a organização do Turismo local, nota-se apreço pelo lugar e pela atividade receptiva. Os moradores visitam significativamente os atrativos, mostram muito prazer em residir nas localidades e, em suas colocações a maioria enxerga no Turismo em crescimento um fator de contribuição para a melhoria das condições de vida local.

O uso da fenomenologia na interpretação da pesquisa de campo possibilitou apreender, com muita profundidade, o universo dos pesquisados,

contribuindo para se chegar às conclusões apresentadas na seqüência, e que remete a algumas questões teórico-metodológicas, para validar as hipóteses preliminares deste trabalho:

1. Campos do Jordão ainda é o grande centro receptor na área, e isto atrai uma demanda maior que a cidade comporta em seu espaço e segundo o padrão dos seus equipamentos. Assim, as pousadas e restaurantes passaram a surgir nas cidades vizinhas, que se tornaram “cidades-dormitório” do fluxo atraído principalmente àquela cidade. Beneficiadas, as cidades vizinhas se preparam, na última década, para manter esses turistas não só como hóspedes de pernoite, mas também para fixá-lo visitando os atrativos das localidades.
2. Ao prepararem-se, as três destinações do entorno usam, no discurso oficial dos organizadores estratégias de controle e monitoramento do crescimento, que se revelam, na prática, insuficientes para evitar futuros problemas. Não há lei de zoneamento e, mesmo em se tratando de áreas de proteção ambiental, a maior parte do território de uso permitido passa por transformações como a especulação imobiliária e, em alguns casos, a formação de núcleos de residências precárias (favelas).
3. Os moradores, embora percebam com satisfação a expansão do Turismo, ressentem-se de falta de oportunidades de emprego, estudo e lazer, bem como da infra-estrutura urbana (saúde é o principal item). Há, portanto um descompasso entre as promessas do Turismo e a realidade vivida pelos moradores.

4. O turismo serrano é uma manifestação do desejo de estar em contato com elementos naturais e rurais, apreciar belas paisagens e aproveitar atributos dos lugares como o frio relativo e o “ar puro”, as cachoeiras e os novos espaços para esportes e aventura. Esses desejos da demanda encontram-se em grande evolução desde meados da década de 1980, no bojo dos rótulos de “ecoturismo”, turismo rural e outras formas de organização de viagens à ambientes do campo.
5. A sustentabilidade das localidades está comprometida, em linhas gerais, ao considerar-se que a expansão das atividades receptivas se faz sem participação expressiva dos residentes, desmobilizados e, com isso, sem voz direta sobre as diretrizes adotadas pelos organizadores. Estes de outro lado mostram-se, no momento, pouco dominarem os princípios do turismo sustentável, como o controle dos fluxos de visitantes, o zoneamento do espaço, a valorização dos moradores e, principalmente, a visão de futuro necessária para se evitar degradação ambiental.

As conclusões acima arroladas sugerem que, o ambiente serrano da Serra da Mantiqueira paulista, em especial o entorno de sua maior destinação, Campos do Jordão, encontra-se ameaçado por um crescimento do Turismo que, apesar de algumas ações promissoras, mas pontuais, não servem, no conjunto, para salvaguardar os recursos, naturais e culturais, existentes.

Os órgãos públicos estaduais, entre eles DPNR, Secretaria de Meio Ambiente, SETUR e DADE, atuando em parceria com os conselhos regionais e municipais de turismo devem contribuir de forma decisiva para o manejo adequado desse

espaço geográfico, em grande parte incluído em áreas de proteção ambiental. Contudo, sabe-se que cabe ao poder público municipal fiscalizar, direcionar e impor regras para o uso do solo no território. Dessa forma, a responsabilidade das administrações e dos grupos sociais nos municípios é o elemento determinante no processo de organização do espaço, e no caso da expansão do Turismo, atividade multifacetada e consumidora do próprio espaço, há inúmeras questões a serem equacionadas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA**, José G. *Campos do Jordão, SP: Contraste entre Riqueza e Pobreza num Espaço Turístico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1999.
- ALVARÉZ**, José R. D. *Geografía Del Turismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 1988.
- AULICINO**, Madalena P. *Turismo e Estâncias: Impactos e benefícios para os municípios*. São Paulo, Futura, 2001.
- BARRETO**, Margarita. *Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos*. Turismo em Análise. São Paulo, v. 15, n. 2, pp. 131-132, nov/2004.
- _____. *Planejamento Responsável do Turismo*. Campinas, Papirus, 2005.
- _____. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas, Papirus, 1995.
- BENI**, Mario C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo, Senac, 2001.
- _____, Mario C. *Como Certificar o Turismo Sustentável?* Turismo em Análise. São Paulo, ECA/USP-Aleph, v.14, n.2, pp.3-16, nov/ 2003.
- _____, Mário C. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo, Aleph, 2006.
- BEZZON**, Lara C. (org.). *Guia Prático de Monografias, Dissertação e Teses: Elaboração e Apresentação*. Campinas, Alínea, 2004.
- BOULLÓN**, Roberto C. *Los Municipios Turísticos*. México, Trillas, 1986.
- CAVACO**, Carmina e **FONSECA**, Maria L. *Território e Turismo no Brasil: uma introdução*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2001.
- COHEN**, Erik. *Authenticity, Equity and Sustainability in Tourism*. Journal of Sustainable Tourism, United Kington. Vol. 10, n. 4, pp. 267-276, 2002.
- COOPER**, Chris et al. *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre, Bookman, 1998.
- COSTA**, Sergio F. *Método Científico: Os Caminhos da Investigação*. São Paulo, Harbra, 2001.
- CRUZ**, Rita C. *A Turismo e Território*. São Paulo, Roca, 2000.
- _____, Rita C. A. *As paisagens artificiais criadas pelo turismo*. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*, São Paulo, Contexto, 2002.

- DENCKER**, Ada. F. Maneti. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, Futura, 2002.
- FYALL**, Alan et al. *Relationship Marketing: The Challenge For Destinations*. Annals of Tourism Research, vol. 30, n. 3, pp. 644-659, 2003
- IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2003.
- JOSEPH**, Christina A. e **KAVOORI**, Anandam P. *Mediated Resistance: Tourism and the Host Community*. Annals of Tourism Research, vol. 28 n. 4, pp. 998-1009, 2001.
- LAGE**, Beatriz. H. e **MILONE**, Paulo.C. *Bases para elaboração de um trabalho científico no turismo*. In: LAGE B. e MILONE, P. Turismo – Teoria e Prática. São Paulo, Atlas, 2000.
- LEAL**, Elisabeth J. M. *Pesquisa e Produção Escrita*. Turismo: Visão e Ação. Itajaí, Univali, ano 04, n. 8, p.99-109 abr/set-2001.
- LEVIN**, Jack. *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*, São Paulo: Harbra, 2ed. 1987.
- LIU**, Shenhua. *Sustainable Tourism Development: A Critique*. Journal of Sustainable Tourism Clevedon, United Kingdon. Vol. 11, n. 6, pp. 459-475, 2003.
- MARIOLI**, Antoine P. *Ecoturismo em Unidades de Conservação – O Método Fenomenológico Aplicado ao Parque Estadual da Cantareira, São Paulo – SP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 2002.
- MENDONÇA**, Maria C. A. *Gestão Competitiva do Turismo no Espaço Rural*. Tese de Doutorado. São Carlos: UFscar, 2006.
- MENESES**, Ulpiano T. B. *Paisagem como fato cultural*. In: YÁGIZI, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo, Contexto, 2002.
- MERLEAU-PONTY**, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- MINISTÉRIO DO TURISMO**. *Plano Nacional de Turismo*. Brasília, MINTUR, 2003.
- MOESCH**, Marutschka. *A Produção do Saber Turístico*. São Paulo, Contexto, 2002.
- MORAES**, Antonio C. R. *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- MURPHY**, Peter E. *Turismo e desenvolvimento sustentado*. In: Turismo Global. São Paulo, Senac, pp. 187-203, 2001.

- OURIQUES**, Helton R.. *A produção do Turismo: Fetichismo e Dependência*. São Paulo, Alínea, 2004.
- PANOSSO NETO**, Alexandre. *Fenomenologia do Turismo – Uma Proposta de Construção Epistemológica*. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2005.
- PEARCE**, Douglas G. *Geografia do Turismo: Fluxos e Regiões no Mercado de Viagens*. São Paulo, Aleph, 2003.
- PEARCE**, Philip L. *A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão*. In: THEOBALD, William F. *Turismo Global*. São Paulo, Senac, pp. 145-164, 2001.
- RODRIGUES**, Adyr B. (org) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo. Hucitec. 1997.
- RUSCHMANN**, Doris V. M. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. Campinas, Papirus, 1997.
- SÁ**, Alba L.R.M. *São Bento do Sapucaí (SP): a formação de uma localidade turística*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2001.
- SALLES**, Mary. M. G. *Turismo Rural: Inventário Turístico no Meio Rural*. Campinas, Alínea, 2003.
- SILVA**, Maria G. L. *Os Cenários do Lazer – Turismo e transformação da paisagem urbana*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU/USP, 2003.
- SIMIELLI**, Marilena. *Geoatlas*. Ática. São Paulo. 29 ed. 2004.
- SANTOS**, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- TEYE**, Victor et al. *Resident's Attitudes Toward Tourism Development*. *Annals of Tourism Research*, vol. 29, n. 3, pp. 668-688, 2002.
- TIBONI**, Conceição Gentil Rebelo. *Estatística Básica para o Curso de Turismo*. São Paulo. Atlas. 2ª. ed., 2003.
- TUAN**, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. São Paulo, Difel, 1983.
- TULIK**, Olga. *Turismo e Meios de Hospedagem: Casas de Temporada*. São Paulo, Roca, 2001.
- TRIVIÑOS**, Augusto. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. Atlas, cap. 2, pp. 120-133., 1987.
- YÁZIGI**, Eduardo. *A importância da paisagem*. In: YÁZIGI, E. *Turismo e Paisagem*. São Paulo, Contexto, pp.11-26, 2002.

ANEXOS

Anexo 1: Atrativos de Santo Antonio do Pinhal

[Passeio Campos do Jordão / Santo Antônio do Pinhal](#) - 19 km que ligam as estâncias de Campos do Jordão e Santo Antônio do Pinhal. Durante o percurso o trem faz paradas em diversos pontos turísticos além de outras mais rápidas para fotos e filmagens.

Pico

PICO AGUDO - A 9 km do centro da cidade, com 1700 metros de altitude, proporciona uma visão de 360° avistando desde a Pedra do Baú em São Bento do Sapucaí até o Vale do Paraíba, onde a olho nu em dias claros, se avista desde São José dos Campos até Aparecida do Norte. Os Praticantes de voo livre o consideram um ótimo local para saltos.

Fontes

FONTE SANTO ANTÔNIO - Em frente a Praça Benedito Marcondes Raposo. Sua água é fracamente radioativa, muito pura e de agradável sabor.

FONTE SANTO ESTEVÃO - Localizada na Praça Santo Estevão, tendo sua água classificada como ferruginosa e também muito pura.

FONTE SÃO GERALDO - Localizada na entrada da cidade, tendo sua água classificada como magnesiana, pura e muito leve.

Cachoeiras

CACHOEIRA DO LAGEADO - Localizada no bairro do Lajeado, fica a 7 km do centro da cidade com acesso por estrada de terra. Esta é a cachoeira mais visitada pelos turistas, por possuir uma área arborizada bem conservada para descanso e piquenique. Sua cachoeira forma uma pequena piscina com fundo de areia.
Entrada: R\$ 1,00 (um real)

CACHOEIRA DO CASSUNUNGA - Localizado a 15 km do centro da cidade, do lado esquerdo da rodovia, sentido Campos do Jordão. À margem da SP - 50, do lado esquerdo da Rodovia no sentido de Campos do Jordão. Sua paisagem tranqüila convida a um passeio.

Mirante

MIRANTE NOSSA SENHORA AUXILIADORA - No trevo de acesso a Santo Antônio do Pinhal, próximo à estação da Estrada de Ferro Campos do Jordão, no alto do morro ergue-se uma grande imagem de Nossa Senhora Auxiliadora, com um pátio ao redor, de onde se avista o Vale do Paraíba.

Morros

MORRO DO CRUZEIRO E TRILHA DAS CRUZES - No centro da cidade, do alto do morro onde ergue-se uma grande cruz, pode se ter uma visão panorâmica da cidade, e de onde também se inicia a trilha ecológica das cruzeiras.

Artesanato

CASA DO ARTESÃO - Na Praça Benedito Marcondes Raposo, artesanato local e regional: tricô, crochê, pintura, bordado, escultura e muito mais.

Anexo 2: Projetos de São Bento do Sapucaí encaminhados ao Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias de São Paulo (DADE)

Ano de Elaboração: 2000

- Construção e reforma das dependências do Estádio Municipal Benedito Gomes de Souza.
- Conclusão do Centro de Artesanato do Bairro Quilombo.
- Construção do estacionamento para o portal de Turismo.
- Construção de um pavilhão de exposições para os Produtos Artesanais e Feiras.
- Implantação de sinalização turística.
- Reforma do Paço.
- Pavimentação Estrada Bairro Pinheiros.
- Conclusão do Centro de lazer do trabalhador.
- Reurbanização da área urbana.
- Sinalização turística rural.
- Construção do terminal rodoviário turístico.

Anexo 3: Plano de Desenvolvimento Turístico de São Francisco Xavier

Elaborado pela Professora Dr. Doris Ruschmann e SENAC-SP em 2002

Diagnóstico – São Francisco Xavier (resumo dos trechos mais importantes para o trabalho apresentado nesta tese)

Aspectos sócio-econômicos

De forma geral, a situação socioeconômica do distrito poderá sofrer alteração gerada pelo o desenvolvimento da atividade turística. Entendemos que a cidade não é adequada para o turista, se não for adequada ao morador. Sendo assim, observa-se que ao preparar a localidade para receber o turista, a comunidade age diretamente na elevação da própria qualidade de vida e, posteriormente, com a chegada dos recursos financeiros externos, tal situação torna-se sustentável. O planejamento permite o monitoramento dos aspectos negativos, efetivando o desenvolvimento qualitativo ao invés do simples crescimento quantitativo da localidade.

À análise econômica, acrescenta-se o diagnóstico das oportunidades reais geradas com o turismo. Abordam-se a seguir questões relevantes quanto à situação de capacitação dos recursos humanos e avaliação institucional.

Análise institucional

O êxito do desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável em São Francisco Xavier depende de uma estrutura organizacional que garanta sua

gestão a partir de esforços de instituições estaduais e locais, e como participação da população.

Limitações:

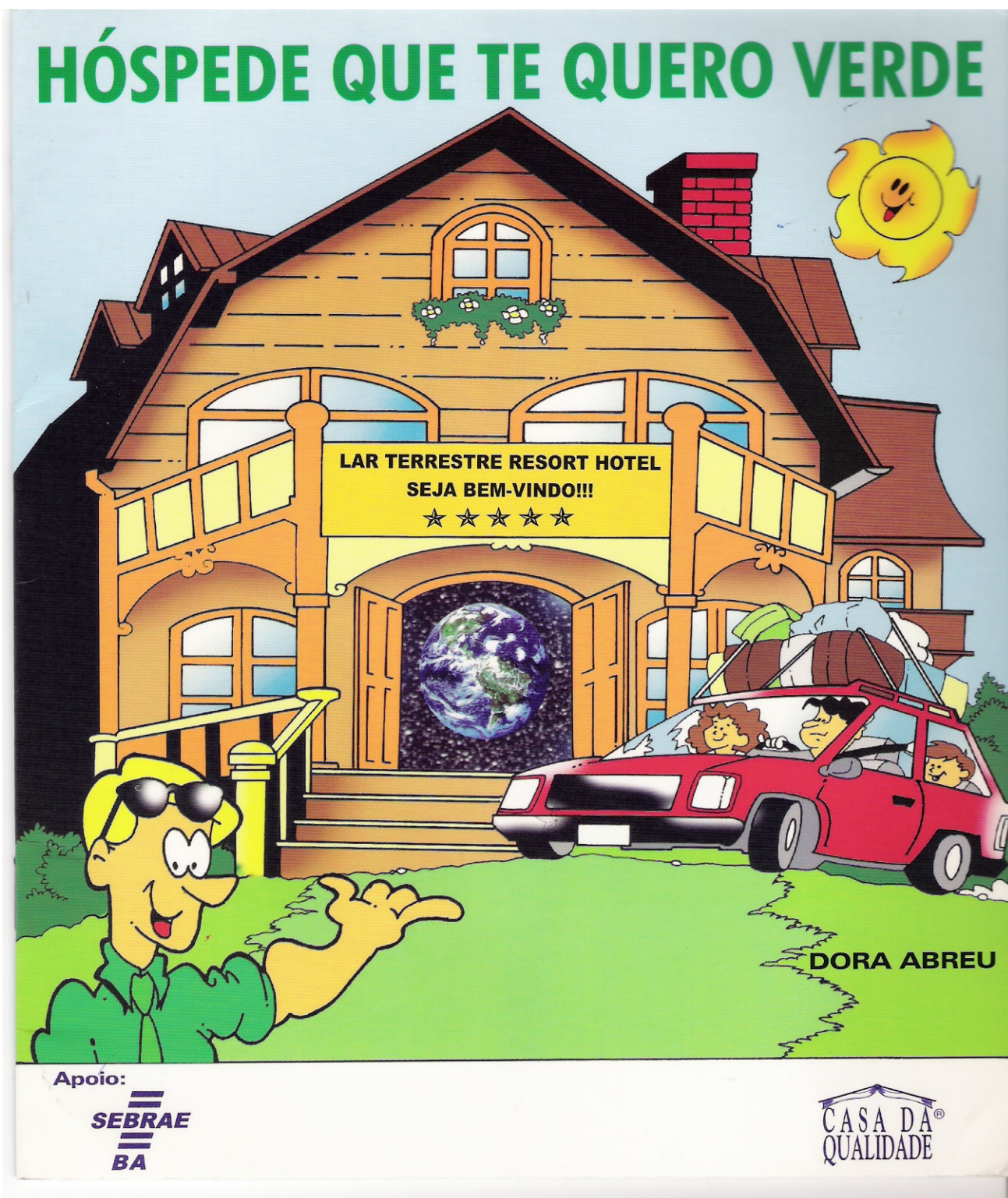
Desarticulação entre as esferas estadual/ municipal/distrital; falhas na fiscalização dos recursos naturais; falta de verba específica para o turismo; desarticulação do COMTUR de S. José dos Campos; política de saneamento básico deficiente; baixa qualificação dos prestadores de serviço; política de abastecimento precária, comprometendo a temporada; recursos humanos e capacitação em geral deficientes

.

Propostas:

Pelos estudos percebe-se a necessidade de se aumentar o contingente de pessoas capacitadas no distrito para atender aos turistas, pois o quadro atual demonstra a futura ocorrência de duas situações distintas, ambas negativas. Na primeira, os serviços não seriam os ideais necessários ao público que se pretende atingir, o que poderia gerar descontentamento e danificar a imagem do produto turístico. Na segunda hipótese, os investidores iriam buscar mão-de-obra qualificada em outras localidades, o que diminuiria muito os benefícios a serem obtidos pela comunidade e feriria uns dos princípios do desenvolvimento sustentável – geração de recursos e aumento da qualidade de vida da população receptora.

Anexo 4 – Capa da cartilha de conscientização dos hóspedes em São Francisco Xavier



Anexo 5: Formulário das entrevistas com os residentes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Aluno: José Guilherme de Almeida
Orientador: Prof. Dr. Mário Carlos Beni

Formulário de avaliação do perfil da comunidade receptora

1. Localidade:

() Xavier () Pinhal () Sapucaí

2. Nome do morador:

Sexo: () F () M

3. Idade: _____

4. Naturalidade _____

Estado _____ País _____

Tempo de residência na cidade

5. Ocupação

- a) Comércio,
- b) Serviços,
- c) Indústria,
- d) Agropecuária,
- e) Extrativismo,
- f) Aposentado,
- g) Desempregado,
- h) Estudante,
- i) Do lar
- j) outros _____

6. Pertence a alguma
associação/organização não governamental
local:

() sim

() não

Qual?

7. Participou de alguma reunião sobre
projetos para a cidade nos últimos anos:

() sim,

() não,

Quantas? _____

8. Escolaridade:

() Fundamental

() Médio

() Superior

() Nenhuma

9. Atividades de lazer (tempo-livre)
preferidas:

- a) Ler,
- b) Ver TV,
- c) Conversar,
- d) Passear,
- e) Algum hobby,
- f) Culto/religião,
- g) Outra.

10. Pontos positivos da cidade:

11 Problemas da cidade:

12. Visita os atrativos turísticos

() sim,

() não

Qual (is)? _____

13. Visão do turismo na cidade:

() Benéfica,

() Negativa,

() Não tem opinião.

14. Visão do turista:

() Positiva,

() Negativa,

() Sem opinião.